

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Débora Cristina Sousa Oliveira

POBRES, DEFLORADAS E, PORTANTO, PERDIDAS?

O crime de *defloramento* em *Clara dos Anjos* e na *Gazeta de Notícias* no Rio de Janeiro republicano.

Uberlândia, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Débora Cristina Sousa Oliveira

POBRES, DEFLORADAS E, PORTANTO, PERDIDAS?

O crime de *defloramento* em *Clara dos Anjos* e na *Gazeta de Notícias* no Rio de Janeiro republicano.

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência obrigatória para a conclusão do curso de bacharelado e licenciatura em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniela Magalhães da Silveira

Uberlândia, 2022.

OLIVEIRA, Débora Cristina Sousa. POBRES, DEFLORADAS E, PORTANTO, PERDIDAS?
O crime *defloramento* em *Clara dos Anjos* e na *Gazeta de Notícias*, no Rio de Janeiro republicano. –
Uberlândia, 2022.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Daniela Magalhães da Silveira

Monografia (Licenciatura e Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia. Curso de Graduação
em História.

Inclui Bibliografia.

Débora Cristina Sousa Oliveira

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Daniela Magalhães da Silveira
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Ana Flávia Cernic Ramos

Prof. Dr.^a Lericice de Castro Garzoni

Uberlândia, 2022.

Dedico

À vó Maura, vovô Zé e vô Domingos

que de onde quer que estejam, ouço seus causos.

Àquilo e àqueles que se fizeram presentes desde sempre e então.

À todas as mulheres desta pesquisa que me emprestaram suas histórias.

AGRADECIMENTOS

Diante da página em branco nessa seção, na velocidade em que o cursor pisca, um rodadozinho de lembranças e sentimentos invadem a minha memória e o meu coração. Tive sorte na vida por ter tantas pessoas fantásticas cruzando comigo para construirmos caminhos. Por isso, muitos e muitas foram parte dessa fase e se fizeram de arrimo para que eu não perdesse completamente o propósito do que escolhi construir na graduação. Principalmente diante de momentos difíceis que todo processo de escrita pode ter e têm. Assim, cabem a esses, aos meus, sinceros e substanciais agradecimentos que faço questão de nomear como uma tentativa de entregar parte do que significa para mim, terem escolhido permanecer ao meu lado (em corpo ou em pensamento) durante esse percurso ou desde sempre.

À família que fui escolhida para ter:

Obrigada ao Zé Carlos, (Calzim para os íntimos e para mim, pai) a quem tenho muito a reconhecer, mas especialmente por me respeitar e acolher antes de tudo. Por ser paciente, companheiro, compreensivo e por exercer sua presença de maneiras tão bonitas durante esse processo e além. Pai, obrigada por acreditar em mim e nas minhas escolhas.

À Maria Helena, (Nena para muitos, mas para mim, mãe) agradeço por se desdobrar em inúmeros papéis para dar conta da grandeza que é desempenhar o papel de mãe. Obrigada por buscar o melhor que pôde para nós. Eu tenho em você o referencial de mulher forte que busca alcançar seu espaço e suas escolhas. Mãe, obrigada por ser casa dentro e fora do próprio corpo, de perto e de longe. Eu te amo para sempre.

Jéssica, minha irmã, obrigada por fazer com que encontrássemos espaço para carinho e afeto em meio a caminhos divergentes e por me ensinar o valor da teimosia e o quanto é importante teimar pelo que acreditamos e queremos. (Obrigada também pelo nosso bebê menor, que anseio ver crescer forte e saudável para também podermos construir juntos um outro caminho muito afetuoso).

Ao Ruanzinho, o bebê maior e meu sobrinho, agradeço por ser afinidade, sapecagem e acima de tudo, esperança. É maravilhoso poder ser parte do seu desenvolvimento enquanto você participa do meu também. Afinal, sabemos que crescer é custoso. Obrigada por me mostrar o quão divertido é ser chamada de “Bimbinha”.

À Vó Joana, meu muito obrigada por contar suas histórias difíceis e por me mostrar a força que uma mulher pode ter mesmo criando 18 filhos, sendo submetida a incontáveis injustiças e percalços. Agradeço por me ensinar como o amor existe na sutileza. Obrigada também à Tia “Tonha”, por ser a alegria que só alguém com tanta simplicidade e pureza

quanto ela, é capaz de proporcionar. (Menção aos meus Tios: Preto, Júnior, Tião, Ana, e minha madrinha Celma que agradeço também por acreditarem em mim.)

À vovó Maria, agradeço por ser casa e colo. Obrigada por acreditar no que eu posso ser, por me ensinar a ter carinho, presença e amor em tudo o que eu fizer. (Principalmente na massa de pão de queijo e de rosquinha).

Ao vovô Orame, muito obrigada pela paciência e calma ao me acompanhar em meus processos, os laços que criamos no caminho para a natação jamais serão desfeitos. Agradeço por investir com o famoso e contado “dinheiro do lanche” por todos esses anos de estudo, foi essencial para que eu conseguisse estar onde estou.

Agradeço a Tia Rosângela, por desde sempre estar de perto, atenta de inúmeras maneiras. Obrigada pelo financiamento dos lanchinhos que foram acalento ao estômago e alma quando eu precisava. Agradeço também pela oportunidade de poder retribuir toda essa atenção e presença com o Arthur.

Ao Tio Reginaldo, agradeço por torcer por mim nos processos da vida e por me ajudar a escolher quais os caminhos eu quero seguir na minha jornada.

À Tia Sônia, agradeço pelas oportunidades oferecidas que serviram de muito aprendizado e crescimento para me conduzirem até aqui.

Por fim, e também muito importante, agradeço à madrinha Kamilla, por desde sempre contribuir com o crescimento da minha biblioteca (hihihi) e por meio disso, me ensinar que a leitura transforma, valoriza, legitima e conforta o que queremos para nós mesmos. Obrigada por me instigar a seguir em frente e por me mostrar que com afeto, a distância é só mais uma medição (o que não nos impede de seguir sentindo muitas saudades). Agradeço também pela leitura cuidadosa desse trabalho.

À família que escolhi ter:

Ao “Tucão” agradeço pelos bons dias ditos com cara amarrada, pelos divãs semanais e pelos bons momentos vividos que foram acalento enquanto perduraram. Por meio da nossa casa, fui apresentada aos terrores pets Margotzinha e Ayka Maria Jordânia, que apesar de não poderem ler, merecem o agradecimento.

Lui, obrigada pelo pontapé inicial para a constituição do nosso lar. Obrigada por me ensinar cuidados com o cabelo, pelas incontáveis idas em lojas de cosméticos e também por me viciar em todo o conteúdo “blogueirístico” (de qualidade) que há na internet. Agradeço por ser escuta e apoio em momentos difíceis. Acredite, você é incrível. (Menção honrosa à Noite Abelarda Marino – que também não lê-, mas eu te amo, gato)

Lulu, integrante permanente do meu coração, obrigada pelos devaneios e cervejas bebidas na sacada altas horas da noite, pelo bolo chocomousse feito em dias de chuva, pelos almoços e playlists compartilhadas. Obrigada por ser meu lar, e por ser parte de muitas das minhas melhores memórias, tendo como trilha sonora especial: “all the rage back home”.

Ao Marso, agradeço pelo amor presente. Por ser cuidado e carinho. Por me ensinar a tranquilidade de uma leitura compartilhada, de um hambúrguer bem saboreado, de um sorvete bem tomado e de sentimentos e vontades bem comunicados. Obrigada por apreciar (e acompanhar) o meu senso de humor duvidoso, e pela paciência com meus processos.

Agradeço ao João, pela companhia de qualidade em lugares questionáveis, por ser meu parceiro de poltrona nas longas viagens do curso e por ser a minha inspiração para buscar conforto e contato na arte. Obrigada pelas experiências, amigo. É difícil imaginar ter vivido tudo isso sem você.

Muito obrigada Kath, por me inspirar a ser grande e a sonhar grande! Agradeço por compartilhar suas vivências comigo e por permitir que eu compartilhe as minhas com você. Obrigada por me ensinar que muita coisa “nem parece real, parece pintura”, mas que é para nós também. Você merece o mundo todo se for o que você quiser.

Agradeço a Mafê, por dividir comigo momentos de uma jornada tão importante para nós duas. Obrigada pelo abraço mais macio e por me fazer acumular lágrimas de saudade de uma prosa bem proseada. Obrigada por ser companhia para os momentos felizes e conforto para os penosos.

À Mari, agradeço pelo afeto e por ser inspiração de força e de obstinação. Seria ainda mais custoso passar por esse processo sem a sua escuta atenta e delicada.

Ao Mateus (Wallace), obrigada por ser parte desse processo compartilhando comigo as viajonas e os melhores flashbacks dos anos 1980.

Obrigada Peter pelos momentos de diversão que foram um respiro. Obrigada também pela companhia nas incansáveis buscas por disputadas mesas e salas de estudo nas tardes pela biblioteca.

Obrigada Pepeu, nosso dicionário ambulante, por compartilhar suas peculiaridades divertidas e por ser uma companhia alegre e essencial.

À Helo, obrigada pela doçura e calma transpassadas por abraços que foram alento para o meu coração.

À Renatis, agradeço pela amizade acolhedora, pela escuta atenciosa e pelas horas de estudo no início do curso que contribuíram muito para o que escolhi trilhar enquanto

professora e historiadora. Obrigada pelos incríveis e divertidos momentos vivenciados juntas. Espero por muito mais e logo menos.

Aos amigos de Araguari, que também se constituíram família:

Obrigada Jay, por me incentivar e acreditar no melhor que posso ser. É indescritível poder ter você na minha jornada independentemente do momento. Agradeço por ser exemplo de garra e de perseverança. Você me inspira. (Menção honrosa ao Ucchi: obrigada pelo intermédio entre mim e a Jay... Brincadeiras à parte, obrigada por todo apoio de sempre. Aos dois, agradeço também pela existência maravilhosa da Cacá hihhi).

Agradeço ao Gabe, por ser meu refúgio nos finais de semana em Araguari. É sempre indispensável ter sua companhia nos momentos de respiro pela nossa cidade. Vale o adendo: desejo que você também trilha uma caminhada muito enriquecedora no curso de História.

Ao Fabrício, agradeço pela companhia e presença bem acompanhada de boas conversas desde os recreios no ensino médio, na volta para casa do inglês, até os primeiros dias de aula, em que me apresentou a atmosfera ainda temida e inexplorada da universidade.

Agradeço ao Gabriel, por todas as músicas, ideias e vontades compartilhadas e por me ajudar a compreender a importância de insistir na amizade. Na reta final dessa fase, isso tudo fez muita diferença.

Aos companheiros de turma e de História:

Lucas, obrigada por ser presente desde o primeiro dia. Pelo ombro para as reclamações, ouvido para os desabafos e pelos copos (e kpop) para os momentos de diversão.

Eduardo, obrigada por ser parte das minhas melhores lembranças de graduação desde discussões acaloradas no C.A, aos passinhos em dias de festa.

Valentina, obrigada por fazer uma extensão do curso nos churrascos organizados na sua casa. Obrigada também pelas melhores receitas de bolinhos. Você é inspiração no que acredito enquanto luta. Sigamos.

Agradeço particularmente pelos momentos de respiro, de festas, baladas e diversões, ao Felipe Ralf, que hoje dança com os anjos.

Menciono também meus agradecimentos aos professores que me guiaram majestosamente nessa jornada de grandes aprendizados e por quem nutro muita admiração. Obrigada Ana Flávia por suas aulas que poderíamos chamar de arte. Obrigada Jacy, Ivete, Marta Emísia, Maria Andrea, Gilberto e Deivy pelas diferentes perspectivas, olhares e escritas que contribuíram grandemente para minha formação. À Daniela, agradeço pelas ótimas aulas, pelas leituras sinceras, pelas críticas, pelos elogios e pela orientação cuidadosa

nas iniciações científicas e nesta monografia. Não poderia me esquecer de agradecer pelos almoços e bingos proporcionados em momentos de muita alegria. Obrigada por acreditar em mim quando eu mesma não acreditei, Dani.

Agradeço também a Cochi, Coordenação do curso de História, pelo excelente, cuidadoso e organizado trabalho prestado aos estudantes. E por fim, com a devida importância, agradeço a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, à Residência Pedagógica, ao Programa de Bolsas de Graduação da UFU e à Assistência Estudantil que para além de contribuírem financeiramente para a minha permanência na universidade, foram ponte para o contato com excelentes profissionais que criam e nutrem uma inspiradora relação de muita dedicação com o trabalho na educação.

Como percebido, foi muito difícil finalizar os agradecimentos. Como não ser prolixa ou controlar a sensação de que há algo ou alguém esquecido e não mencionado devidamente? Tenho que confessar que ao invés de contar carneirinhos, esse momento passou como um filme repetidas vezes na minha cabeça antes de dormir. Por isso, não seria justo comigo mesma fazer desse espaço, algo comedido, modesto ou moderado. Momentos foram muito idealizados durante todo esse período árduo e empolgante de graduação, eu não poderia deixar de expressar tudo que se fez importante para uma das minhas melhores etapas que não só estou finalizando, como me despedindo...

RESUMO

Segundo o artigo 267 do código penal de 1890, o crime de *defloramento* consistia no ato de desvirginar a mulher menor de idade, fazendo uso de sedução, engano ou fraude e possuía como pena, a prisão celular de um a quatro anos. Pensando no conceito de *defloramento* enquanto um crime sexual que pertencia a um contexto em que o corpo e a moral feminina eram constantemente subjugados, é interessante perceber o caminho que a imprensa e a literatura percorriam para abordar tal assunto. Sendo assim, a partir da investigação de notícias sobre casos de *defloramento* publicados na *Gazeta de Notícias* entre 1880 e 1930, bem como pela análise do romance *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, publicado em 1948 (concluído em 1922), objetiva-se compreender, sobretudo diante do cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro, como o *defloramento* se tornou responsável por definir padrões de controle; de comportamento; de moralidade e de lugares a serem definidos como femininos ou masculinos no período.

Palavras-Chave: Defloramento, Moralidade, Mulheres Pobres, Lima Barreto, *Gazeta de Notícias*

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – De Clara dos Anjos às Adelaides e “Marias de Tal” – as mulheres defloradas e seus perfis.	22
1.1 - Mulheres defloradas: das páginas dos jornais às dos romances.....	22
1.2 – Quem é Clara dos Anjos?	31
1.3 – Quem são as “Claras Reais”?	37
CAPÍTULO II – “No último degrau da sociedade” – do <i>defloramento</i> ao ambiente público.	42
2.1 – “Nos subúrbios, todos conhecem as suas habilidades, Cassi Jones” – As seduçõ de Cassi Jones e a denúncia de Lima Barreto acerca das marcas da escravidão.....	42
2.2 – “O subúrbio é o refúgio dos infelizes” – nas sombras de Todos os Santos, o Brasil real.	52
2.3 – “Os deserdados de tudo deste mundo” – qual o lugar das mulheres defloradas?.	57
CAPÍTULO III – Que perigo há de existir de portas adentro? – do ambiente privado ao <i>defloramento</i>.	61
3.1– O Recolhimento de Santa Rita de Cássia – seguro e moral para quem?.....	61
3.2– Trabalho desde que doméstico, mas ainda assim, inseguro.	70
3.3– A honestidade de moça e de mulher tem todos como inimigos – As outras versões de Clara dos Anjos.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	84
Fontes:	84
Bibliografia:	84

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar a ocorrência do crime de *defloramento* no final do século XIX e início do século XX, pondera sobre o comportamento dos envolvidos, da imprensa e da literatura acerca do assunto e investiga sobre a posição das mulheres, sobretudo pobres, no Rio de Janeiro em processo de modernização.

Torna-se necessário, então, pensar sobre qual conceito de “defloramento” que aqui será empregado. Ao pesquisar, brevemente, em mecanismos de busca da internet pela palavra “deflorada”, atualmente é possível encontrar inúmeras chamadas para sites com conteúdo relacionado à pornografia, em suas mais variadas formas. Entretanto, ao se aprofundar em uma busca pela mesma palavra, no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, por exemplo, é possível se deparar com diversos periódicos que apresentam copiosas notícias em teor revoltoso referentes às ocorrências de um crime bastante recorrente nos anos finais do século XIX e iniciais do XX.

Para compreender melhor, é importante considerar que o *defloramento* de acordo com o artigo 267, do Código Penal de 1890, consistia no crime de “desvirginar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude. Pena – prisão celular de um a quatro anos”¹. Esse mesmo artigo oferece (para determinados crimes como rapto, defloramento e estupro) a possibilidade de isenção da prisão para o acusado, quando a queixa resultasse no casamento com a vítima, representando uma maneira de restituição da honra e dignidade da ofendida e sua família. Convém ponderar também que, conforme o artigo 272² do mesmo Código Penal, presumia-se como crime cometido com violência sempre que a ofendida fosse menor de 16 anos, por isso, concluía-se também como crime de estupro, previsto no artigo 268, como ato de desvirginar mulher virgem ou não, mas honesta, praticados por meio da violência ou força.³

A antropóloga Miriam Steffen Vieira⁴ apresenta que, assim como o *defloramento*, o “estupro” e o “atentado ao pudor” estavam como tipos penais envolvendo a sexualidade no

¹ BRASIL. Decreto nº847 de 11 de novembro de 1890. Art 267. Brasil 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm> Acesso em: 6 mar 2020.

² BRASIL. Decreto nº847 de 11 de novembro de 1890. Art 272. Brasil 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm> Acesso em: 6 mar 2020

³ BRASIL. Decreto nº847 de 11 de novembro de 1890. Art 268. Brasil 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm> Acesso em: 6 mar 2020

⁴ VIEIRA, Miriam Steffen. **Concepções de violência sexual e direitos das mulheres: do “defloramento” ao “estupro”**. Cadernos do LEPAARQ (UFPel), v. 4, n. 7/8. 2007. pp.104.

que era conhecido como “crimes sexuais”, também no Código Penal de 1890. Ainda segundo Vieira,

dos crimes sexuais, o “defloramento” foi o mais incidente ao longo do período de vigência do primeiro Código Penal (1890-1940). Nesses processos, o consentimento poderia ser justificado pela “sedução, engano ou fraude”. De um modo geral, a sedução, que era o principal motivo argumentado para o consentimento nas relações sexuais, estava relacionada à promessa de casamento e, sendo esta não cumprida, implicava em engano ou fraude.⁵

Entretanto, ainda que dispondo do *defloramento* em suas definições jurídicas, é importante ponderar que o mesmo não era tão bem delimitado e protagonizava muitas discussões, tanto pelos juristas, médicos e o restante da sociedade da época, quanto pelas análises historiográficas sobre o tema na posterioridade.

Os questionamentos se davam em primeiro lugar, porque o crime era determinado pela perda da virgindade, entendida no momento como o rompimento do hímen, – comprovado por um exame médico de corpo de delito – juntamente com demais fatores como flacidez do corpo ou órgãos sexuais, queixas de dor e sangramento durante a relação. E em segundo, porque a ideia de virgindade física era complementada com a noção de uma “virgindade moral”, como apresentado pelas historiadoras Sueann Caufield e Martha Abreu⁶ que asseguram também que:

O estado anterior de virgindade, exigência básica para que fosse considerado um crime de defloramento, só ficaria garantido com o exame do comportamento moral da pretensa ofendida. Ou seja: reunia ela as condições de honestidade para ser seduzida? Saía pouco e acompanhada? Que lugares frequentava? Tinha uma família higiênica que vigiava seus atos? Onde residia? O acusado era um namorado antigo? Tomava decisões impulsivas ou refletia em seus atos? Era uma moça comedida? A noção de virgindade ultrapassava em muito os limites físicos.⁷

Sendo assim, o crime também versava, em diversos aspectos, sobre como poderiam ser definidas as concepções políticas e ideológicas acerca do corpo feminino durante o período, principalmente no que diz respeito à conduta moral das mulheres. Estas que,

⁵ VIEIRA, Miriam Steffen. **Concepções de violência sexual e direitos das mulheres: do “defloramento” ao “estupro”**. Cadernos do LEPAARQ (UFPel), v. 4, n. 7/8. 2007. pp.107-108.

⁶ ABREU, Martha, CAULFIELD, Sueann. **Cinquenta anos de virgindade no Rio de Janeiro: as políticas de sexualidade no discurso jurídico e popular, 1890-1940**. Caderno Espaço Feminino, 1, 1995. pp. 15-52.

⁷ Ibid. pp.26.

naquela ocasião histórica, dependiam da vigilância da família para terem sua honestidade comprovada, de acordo com os ideais da, então, jovem República.

Sueann Caufield, ao analisar questões de honra, moral e sexualidade feminina, apresenta que “os inquéritos de *defloramento* somavam quase 500 a cada ano, entre 1920 e 1940, comparados, por exemplo, a uma média anual de menos de 150 casos de homicídio, dos quais somente uma parcela pequena era considerada crime passional.”⁸

Esse dado é importante para demonstrar a visibilidade social que o crime possuía, ocasionando uma disponibilidade maior dos juristas para intervir nessas questões, e a presença relevante de publicações de casos de *defloramento* nas páginas da imprensa e até mesmo da literatura.

Assim como assinala Maria de Lourdes Eleutério, o advento do que foi chamado de “Primeira República” (de 1889 a 1930), trouxe consigo inovações tecnológicas para a imprensa que nesse momento já era o veículo de comunicação por excelência no Brasil.⁹ A partir disso, as páginas impressas – dispendo de mais investimento – seriam responsáveis por viabilizar a impressão de uma “nova mentalidade”, que diante da crença no progresso como destaque nos jornais e revistas, se recriaram em novos gêneros e temáticas em forma de crônicas, reportagens, entrevistas e até mesmo a publicação de romances em folhetim. Logo, tonando-se uma imprensa de jornalismo e literatura como complementares.¹⁰

Desse modo, é interessante analisar qual o papel da imprensa ao publicar copiosamente os crimes de *defloramento*. A *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, como um periódico de grande circulação e relevância para o período, seria um ponto de análise dessa divulgação frequente de notícias sobre o crime. Objetiva-se, por meio de uma pesquisa realizada pelo acesso à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil – selecionando periódicos do período de 1880 até 1930¹¹ –, compreender se, de algum modo, essas notícias contribuíam para as transformações políticas pautadas pelos ideais republicanos.

Ao passo que a literatura também se fez cada vez mais presente nas páginas de periódicos, seria adequado ponderar como se dava a construção de personagens femininas defloradas nas páginas dos romances. A obra literária escolhida para essa análise foi *Clara*

⁸ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, Ed. UNICAMP, 2000. pp. 38.

⁹ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Imprensa a Serviço do Progresso**. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2018. pp. 83.

¹⁰ *Ibid.* pp.100.

¹¹ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_03&pasta=ano%20189&pesq=defloramento>. Acesso em: 6 mar 2020.

dos Anjos, de Lima Barreto. Esse romance foi escrito em 1920, inicialmente como conto para a coletânea *Histórias e Sonhos*¹², organizada pelo autor e publicado postumamente como livro pela editora Mérito, em 1948¹³.

No romance, Lima Barreto tece a história não muito surpreendente¹⁴ de Clara dos Anjos, uma moça pobre e “de cor”, filha do carteiro Joaquim dos Anjos e de Dona Engrácia, uma típica e humilde família suburbana do Rio de Janeiro. Apesar de criada com muito recato e desvelo, em seus recentes 18 anos, Clara termina seduzida, deflorada, grávida e abandonada por um vizinho branco e tido como “malandro”, chamado Cassi Jones.

De acordo com o *Diário Íntimo*¹⁵, de Lima Barreto, um primeiro resumo do que viria a ser o enredo da narrativa aparece já em 1904. Nesse projeto inicial, a história de Clara se desdobra em outras, como a personagem dando à luz ao bebê depois de deflorada, casando-se com outro rapaz, ficando viúva, entre outros desfechos. Entretanto, o mais interessante é que o literato indica no *Diário* que o *defloramento* de Clara dos Anjos ocorreria no dia 13 de maio de 1888¹⁶, que, de acordo com a história oficial, é a data da assinatura da lei que determinava a abolição da escravatura no Brasil.

Esse é um indicativo muito interessante, partindo do ponto que o literato e também jornalista, ficou conhecido por registrar suas impressões sobre a vida urbana na cidade, sempre falando direta ou indiretamente dos acontecimentos políticos. Entretanto tendo como o centro de sua obra literária, o preconceito racial, o estigma da cor que sofria diretamente e a difícil inserção de negros e mulatos na sociedade brasileira que ainda carregava dolorosas marcas de um enorme período escravista.

Ponderando sobre isso, observa-se que na *Revista Souza Cruz*, quando a narrativa foi publicada em 1922 como “romance inédito” – dedicada à memória de sua mãe –, Lima Barreto inicia a página citando o historiador brasileiro João Ribeiro:

Alguns as desaprovam (as índias); outros, quase todos, abusavam da inocência delas, como ainda hoje das mestiças, reduzindo-as por igual as concubinas e escravas.
João Ribeiro *HISTÓRIA DO BRASIL* (pag. 103, 7ª edição).¹⁷

¹² SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Contos Completos de Lima Barreto**. São Paulo. Companhia das Letras, 2010. pp. 246-255.

¹³ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. Mérito. 1948.

¹⁴ Tendo em vista que essa também era a realidade das moças – sobretudo pobres – que tinham suas histórias divulgadas nas páginas dos jornais diariamente.

¹⁵ A maior parte dos manuscritos originais de Lima Barreto está guardada na Fundação Biblioteca Nacional e foi digitalizada como e-book.

Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/intimo.html>>. Acesso em 6 mar 2020.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/intimo.html>>. Acesso em 6 mar 2020.

¹⁷ Disponível em:

Filho de uma escravizada liberta, a professora Dona Amália Augusta e do tipógrafo João Henrique, Afonso Henriques de Lima Barreto transpunha suas dificuldades pessoais e profissionais de um escritor e jornalista negro em contato direto com injustiças sociais e raciais. Por isso, o autor recebe destaque como objetivo de reflexão para muitos trabalhos acadêmicos (como artigos, teses, dissertações, textos jornalísticos, dentre outros), com análises que serão muito importantes para auxiliar este trabalho adiante.

Clara dos Anjos também recebeu destaque no âmbito acadêmico (literário e historiográfico). Segundo Beatriz Resende, em sua apresentação ao romance para a edição da Penguin Classics da Companhia das Letras, de 2012,

De toda a vasta obra de Lima Barreto, *Clara dos Anjos* parece ser a que mais equívocos provocou. Mais ainda, a que mais fortemente fez seguir preconceitos, alguns ocultos sobre a força da inteligência de escritos que, no entanto, não podiam fugir completamente às ideias de seu tempo em relação não apenas ao tema de raça, mas também ao comportamento que se esperava das mulheres [...]. Uma leitura do romance hoje, não pode deixar de enfrentar cada um desses preconceitos.¹⁸

Isso se dava principalmente, porque Lima Barreto, tomando a liberdade de incorporar um linguajar mais popular, mais distante dos padrões restritos do uso de linguagem, de acordo com Resende, foi criticado por outros literatos cariocas. Pois um romance:

considerado mal escrito, sem capricho, de acabamento precário e sobretudo, trazendo ao mundo literário pobres, pardos, loucos e mulheres seduzidas, não poderia pertencer ao cânone acadêmico nos últimos momentos da literatura como “sorriso da sociedade”.¹⁹

De igual maneira, o historiador Denilson Botelho, em sua dissertação sobre o pensamento político de Lima Barreto, a biografia do escritor – realizada por Sérgio Buarque de Holanda – é apresentada como uma crítica literária, na qual o autor parte de uma perspectiva que caracteriza a obra de Lima como “literatura de vingança”, acusando que “a

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=181900&PagFis=2836&Pesq=clara%20dos%20anjos>>. Acesso em 6 mar 2020.

¹⁸ REZENDE, Beatriz. **Em defesa de Clara dos Anjos**. In. BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. 1ª ed. São Paulo, Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 11.

¹⁹ *Ibid.* pp. 12.

obra do literato era uma tentativa de transformação de amarguras íntimas, ressentimentos e malogros pessoais em arte”.²⁰

Entretanto, essa seria uma visão reducionista da obra de Lima Barreto já que ele dedicou parte de seu trabalho a evidenciar seu modo de entender a sociedade, de acordo com os ideais políticos que vivenciava durante a implementação da República. O que servia, no mínimo, como um testemunho de seu próprio tempo. Além do mais, Botelho afirma que,

Lima Barreto denunciava as práticas dos poderes públicos diante das diferenças entre a administração municipal diante das áreas centrais da cidade em comparação aos subúrbios. Negligenciando a população desse segundo que permanecia em situação de exclusão social, mergulhados na miséria.²¹

As produções acadêmicas acerca de Lima Barreto, apesar de reconhecerem a escrita militante e combativa do literato, que dava espaço para os marginalizados da sociedade, trazem também questões sobre como o autor aborda as mulheres em sua obra com certa “deficiência” na criação de seus “tipos femininos”.

O historiador Henrique Sérgio da Silva Corrêa afirma que, embora esteja em crescimento, ainda existe pouca bibliografia sobre essa questão. E muito do que se é produzido, em relação às concepções das mulheres na obra barretiana, se dá para reavaliar a visão que Lima Barreto tinha delas e do movimento feminista, que gerou muita polêmica nas páginas dos jornais²².

Ainda segundo Corrêa, Lima Barreto

retrata a ignorância na qual eram mantidas as mulheres, educadas para manterem-se presas ao lar antes do casamento. Após o matrimônio se dava a mesma situação, mas com algumas regalias. Desta forma, a mulher estava atada a casa, sem possibilidade de ver e conhecer o mundo exterior e via no casamento uma ilusão de liberdade.²³

Barreto critica a educação que mantém moças trancafiadas em seus lares e afazeres referentes a eles, ao mesmo tempo em que recusa e censura que mulheres possam exercer cargos públicos, juntamente com os ideais que surgiram com os movimentos feministas.

²⁰ BOTEELHO, Denilson. “A pátria que quisera ter era um mito” – Uma introdução ao pensamento político de Lima Barreto. Campinas. 1996. pp. 14.

²¹ Idem. pp. 73.

²² CORRÊA, Henrique Sergio Silva. A construção da mulher sob a ótica de Lima Barreto na revista abc. Fazendo gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Santa Catarina. 2010. pp. 3.

²³ Ibid, pp. 4.

O próprio literato afirma que “a inteligência da moça é, em geral, reprodutora, [...]”; mas nunca é capaz de iniciativa, de combinação de imagens, dados concretos e abstratos que definam a verdadeira inteligência.”²⁴ Portanto, ao seguir aquilo que vinha sendo dito – tanto por homens como por mulheres – sobre a inaptidão das moças para ocupar cargos públicos, naturalmente destinados aos homens, Barreto, no tempo dele, estabelece uma conduta contraditória, perpetuando o ideal de que as mulheres trabalhem, desde que seja em atividades tidas previamente como “femininas”.

Lima Barreto foi chamado de antifeminista por suas críticas às feministas e por afirmações que (ao partirem de um ideal burguês, branco e burocrático) excluía as mulheres trabalhadoras operárias. Apesar de que, em muitos outros momentos, o escritor bradasse revoltosamente nas páginas dos jornais sobre os crimes sexuais e de uxoricídio, referentes aos homens que assassinavam suas esposas principalmente por adultério – crime também muito recorrente na época.

Porém, essa questão foi muito polemizada no meio acadêmico, o que rendeu diversas discussões interessantes para este trabalho. De acordo com Carlos Erivany Fantinati²⁵, o literato “vê o movimento como eminentemente elitista, que nada mais busca além de estender às mulheres os privilégios de que gozam os mediócras que compõem o sistema.”²⁶

Todavia como cita Magali Gouveia Engel, o que estava em questão não era o direito e o acesso das mulheres a cargos públicos, mas sim a forma como acessariam esses cargos, que sobretudo eram ilegítimas por estarem acima das leis²⁷. Já que, de acordo com Engel, o próprio literato afirma que o que está em jogo é “a maneira irregular e ilegal que tem presidido o provimento desses cargos por moças e senhoras.”²⁸

No decorrer da narrativa de *Clara dos Anjos*, Lima Barreto, inserido em seu tempo, descreve as características de Clara de modo a evidenciar esses constantes conflitos de gênero presentes no período, quando determina que “tão poderosa é a fascinação da

²⁴ BARRETO, Afonso Henriques de Lima, op. cit., p. 388-9.

²⁵ FANTINATI, Carlos Erivany. **Lima Barreto e a mulher**. Literatura e autoritarismo, n. 12, Julho Dezembro 2008.

Disponível em: <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num12/ar_08.php>. Acesso em: 06 março 2020.

²⁶ Ibid. pp. 15-16.

²⁷ Para o literato, os cargos atingidos de maneiras “ilegais”, eram para o literato, os cargos atingidos de maneiras “ilegais”, eram os cargos que previamente seriam conquistados por meio de concursos, mas que eram cedidos a algumas mulheres por meio de indicação de parlamentares ou membros de alguma instituição ou setor com visibilidade e poder.

²⁸ ENGEL, Magali Gouveia. **Gênero e política em Lima Barreto**. Cad. Pagu, Campinas, n. 32, Junho 2009. pp. 37. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332009000100012&Ing=en&nmr=iso>.

Acesso em: 06 março 2020. Acesso em: 06 março 2020.

perversidade nas cabeças femininas”²⁹. E dessa maneira, reforça a sua concepção de que a condição, cor e sexo de Clara, apesar de sua boa conduta e “honestidade de donzela”, apresentava somente um destino potencialmente marcado por desventuras³⁰.

Lima Barreto define ainda que, a idade de Clara, “o sexo e a falsa educação que recebera, tinham muita culpa nisso tudo.”³¹. E, para além disso, “a sua falta de individualidade não corrigia a sua oblíqua visão da vida.”³². Pois essa mesma educação, permitia sua passividade e a impedia de reconhecer a realidade sobre os limites que sua cor de pele e gênero lhe impunham naquela sociedade. Desse modo, sem questionar seu lugar e individualidade social, o literato faz com que seja revelada em Clara, a realidade de uma moça que seria “facilmente seduzida” por qualquer um que lhe promettesse fantasias amorosas.

Apesar de relevante, a questão de crimes de sedução contra mulheres nos escritos barretianos recebeu (no âmbito da historiografia) pouco estudo e produção acadêmica. De igual maneira, escasso foi a apreciação de *Clara dos Anjos* no que diz respeito também aos estudos sobre crimes sexuais e às análises de gênero. Por esse motivo, esse trabalho se torna relevante, pois ele examina, como já foi dito, o crime *defloramento* a partir do próprio romance de Lima Barreto e de notícias publicadas em um dos principais periódicos do Rio de Janeiro – *Gazeta de Notícias*.

Este trabalho visa também, compreender algumas questões que permaneceram sem resposta, ainda que exista uma vasta produção sobre a vida e obra do autor. Como por exemplo, diante do “trágico” destino de Clara dos Anjos, dado por Lima Barreto, o que o *defloramento* determinava nessa sociedade demasiadamente preocupada com a honra sexual de suas cidadãs? De que maneira ele poderia definir importantes concepções jurídicas a partir de projetos políticos e ideológicos muito caros ao período? Além disso, sobretudo diante do cotidiano de mulheres pobres, como o *defloramento* se tornou responsável por definir padrões de controle; de comportamento; de moralidade e de lugares a serem definidos como femininos ou masculinos naquele momento?

Além do mais, também é importante questionar como se davam as histórias das moças defloradas publicadas pela *Gazeta de Notícias* e de que maneira eram contadas as histórias das “Claras reais”, no cotidiano do Rio de Janeiro por um dos principais jornais da

²⁹ BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp 132.

³⁰ Ibid. pp. 133.

³¹ Ibid. pp. 220.

³² Idem.

cidade? Essas teses se tornam relevantes, pois elas podem colaborar para compreensão das motivações do escritor, mas, especialmente, as formas que essas mulheres – diferentemente da Clara dos Anjos – encontravam para reivindicar sua liberdade individual, subvertendo as imposições sobre seus pensamentos, sentimentos e corpos.

Essas serão algumas questões abordadas no decorrer do trabalho que, dividido em três capítulos, tem como objetivo analisar qual o papel da imprensa ao divulgar e expor (de maneira recorrente) a vida de mulheres ao publicar crimes de *defloramento*; ponderar sobre a construção de personagens femininas, sobretudo defloradas, na literatura; e avaliar como a vida de mulheres pobres era atingida pelas mudanças implementadas pela República.

No primeiro capítulo, por sua vez, busca-se apresentar quem são essas mulheres defloradas e quais os seus perfis tanto na *Gazeta de Notícias*, como em *Clara dos Anjos*. Apoiada por uma análise de como os crimes eram divulgados e como apresentavam as vítimas e os ofensores. Pondera-se também, se a recorrência da publicação dos crimes de *defloramento* contribuía de alguma forma para o fortalecimento dos ideais republicanos e se de algum modo, as histórias das ofendidas na *Gazeta de Notícias* se cruzam com a história de Clara dos Anjos, criada por Lima Barreto.

O segundo e terceiro capítulos estão divididos de modo a apresentar quais espaços eram entendidos como o lugar do *defloramento* e para onde os ofensores e as ofendidas seriam destinados, novamente considerando o jornal e o romance em questão. Especificamente no segundo capítulo, a análise estará voltada ao ambiente público, ou seja, para as ruas da capital fluminense e será questionado como era apresentado esse lugar tido como “perigoso” para as mulheres que por sua vez eram restritas ao ambiente doméstico, assim como Clara, e se isso aparece nas notícias de alguma forma. De igual modo, é crucial para a análise perceber como se davam as relações de Clara com os demais personagens e como as personagens femininas eram apresentadas fora desse ambiente doméstico.

O terceiro capítulo, finalmente, pretende compreender se o ambiente doméstico e privado – tido como o lugar reservado para as figuras femininas – era entendido como um lugar higiênico, honrado e moralizado; e, ao mesmo tempo, como um lugar do crime de *defloramento*. E se assim como Clara, que foi deflorada em sua própria casa, existem outros casos de mulheres que foram defloradas nesse ambiente privado, defendido como “seguro”.

CAPÍTULO I – De Clara dos Anjos às Adelaides e “Marias de Tal” – as mulheres defloradas e seus perfis.

A priori, [as mulheres] estão condenadas; e tudo e todos pareciam condenar os seus esforços e os dos seus para elevar a sua condição moral e social. – Lima Barreto. – Clara dos Anjos.

1.1 - Mulheres defloradas: das páginas dos jornais às dos romances.

Na terça-feira, 12 de abril de 1892, a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro publicou que o subdelegado mandou prestar fiança e pôr em liberdade um cidadão que deflorou uma moça menor de idade³³. Os assinantes, em protesto, escreveram: “Pode continuar como autoridade este cidadão que fere tão de perto a lei e a moralidade pública? Os criminosos andam pelas estradas afrontando as famílias e a todos. Pedimos providências”. Assinado: “Os pais de família”.³⁴

As providências exigidas pelos pais de família fluminenses ilustram a mentalidade de um Brasil vindo de um grande processo normatizador, que pertencia a um contexto em que “os papéis femininos tradicionais seriam a garantia da preservação da saúde das mulheres e do bom funcionamento da sociedade”³⁵. Esses pais, então, exerciam um esforço disciplinador diante dos corpos dessas mulheres em busca de uma ordem social e uma moralidade intacta que resultaria na formação de lares como “espelho da pátria”. Sendo assim, era colocada como responsabilidade dessas “mulheres tradicionais”, a formação de famílias modernizadas, honradas, higiênicas, dotadas de racionalidade e de princípios republicanos vigorosos no período.

Marcília Rosa Periotto examina os processos políticos que se arrastavam desde a liberação política advinda da independência e que posteriormente resultariam na implementação da República. Diante disso, Periotto argumenta que, “os brasileiros que lutavam pela inclusão do país na ‘*rota de civilização*’ viam na imprensa o caminho mais

³³ Para a época, menor de 21 anos.

³⁴ *Gazeta de Notícias* (RJ). 12/04/1892. pp.3.

³⁵ FACCHINETTI, Cristina; CARVALHO, Carolina da Costa de. **Loucas ou modernas? Mulheres modernistas em revista (1920-1940)**. Revista do Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 2019. pp.13

fecundo para a instrução do povo sobre os benefícios resultantes do desenvolvimento da ciência e daquelas matérias que viessem enriquecer o espírito dos homens”³⁶. Marialva Barbosa, por sua vez, também ressalta “o papel da imprensa como instituição de controle social, servindo a estruturas de poder e agindo como veículo de manutenção da ordem vigente”³⁷. Por isso, como nos dizeres de Isabel Lustosa, “Os jornais não noticiavam: produziam acontecimentos”³⁸.

Seguindo essa lógica, boa parte da imprensa desempenhou – e desempenha – um papel muito participativo nos processos político-partidários ao longo do tempo. De igual modo, é relevante ressaltar a estreita relação estabelecida também entre imprensa e educação. Além disso, ela assume uma função de destaque no inflamado debate diante da preocupação com a formação de lares que seguissem os projetos de nação diretamente ligados às questões, como por exemplo, os papéis sociais que seriam estabelecidos às mulheres, de acordo com avaliações sociais e sexuais impostas a elas pelas classes médica e jurista, que acima de tudo faziam parte de construções e imposições masculinas.

Segundo Cristina Facchinetti e Carolina Carvalho, “a mulher brasileira deveria ser reeducada de modo a formar lares perfeitos e fecundos para a pátria”³⁹. Nesse sentido, a divulgação de casos de *defloramento* poderia colaborar de alguma forma para a “reeducação” não somente das moças, mas da sociedade em si, que as cobraria uma conduta que evitasse que fossem defloradas?

Para analisar essa questão, é importante tratar sobre o conceito de *defloramento* (enquanto um crime sexual) no século XVIII à parte do XX, para compreender a forma como tratavam juridicamente o mesmo e qual a sua relevância para os almejados ideais de nação.

Em inquérito, por exemplo, demandavam-se exigências materiais para a comprovação do delito, como exames médico-legais para “a comprovação da cópula completa ou incompleta com o rompimento da membrana hímen; determinação da virgindade física e estabelecimento da menoridade da ofendida (menor de 21 anos)”⁴⁰.

³⁶ PERIOTTO, Marcília Rosa. **O Papel da Imprensa no Processo de Construção da Nação: A “Vocação Pedagógica” do Correio Brasiliense**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.16, p. 61 -83, dez. 2004. pp. 63.

³⁷ BARBOSA, Marialva. **Os Jornais e o mundo dos escravos**. In: BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil (1800 – 1900). Rio de Janeiro. Mauad X, 2010. pp. 111.

³⁸ LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos.: A guerra dos jornalistas na Independência (1821- 1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp.16.

³⁹ FACCHINETTI, Cristiana; CARVALHO, Carolina. Loucas ou Moderna? Mulheres em revista (1920-1940). Cadernos Pagu, n. 57, 2019. p. 11.

⁴⁰ DE ABREU ESTEVES, Martha. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Paz e Terra, 1989. pp. 37.

Entretanto, tais requisições materiais não eram suficientes para caracterizar juridicamente o crime de *defloramento*, tendo em vista que, segundo os juristas elas poderiam ser facilmente manipuladas por advogados dos réus. Por isso, era indispensável o elemento moral que consistia no consentimento ao ato sexual, por meio da sedução, engano ou fraude.

É importante salientar que, ainda que as classes populares possuíssem, na prática, uma configuração de vida, família, trabalho e lazer completamente diferente da elite, essas pessoas pobres eram o principal alvo do controle social. Isso porque os ideais higiênicos, de moralidade, racionalidade e de criação de lares honrados eram, sobretudo, projetos de uma sociedade que se pautava em relações burguesas como modelo e exemplo de civilização a ser seguido.

Para além de todos os processos de manutenção da moralidade, do controle social e do corpo feminino em busca dos ‘bons’ costumes morais, regular a sexualidade das camadas populares também era um movimento colocado como centro de um projeto político, em que o sexo passou a ser um negócio do Estado e um assunto de interesse de todo o corpo social. Desse modo, a hipótese aqui levantada é a de que um dos meios de controle sexual foi os próprios “crimes sexuais” e o modo com que o aparelho judiciário agia com os mesmos. Ou seja, tornar o comportamento sexual dos populares, algo fiscalizado e controlado.

Nesse caminho, o periódico assumiu duas funções: a primeira, educativa que funcionava para divulgar – e impor – um tipo de “instrução” às pessoas e, a segunda, como um aliado à população pobre que via ali um intermediário entre as queixas dos seus males e as entidades que poderiam ampará-los. Ainda que as famílias de classes mais altas também possuíssem dificuldades para resolver esse tipo de acontecimento, muitas vezes os crimes eram apenas silenciados para que os casos permanecessem desconhecidos e a reputação das vítimas e suas famílias intactas.

A *Gazeta de Notícias*, do dia 17 de outubro de 1890, publicou o Código Penal com o último decreto⁴¹, de 11 de outubro de 1890, em que constava a regulamentação da pena para o crime de *defloramento* e para os demais crimes sexuais com a premissa de “ter essa lei n’um só número de jornal”. Ou seja, apresenta-se, assim, o que se pretendia veicular para a população, tornando mais acessível aos leitores – e não leitores – o conhecimento a respeito dos crimes e suas penas, sobretudo para demonstrar a visibilidade jurídica e social que os crimes sexuais possuíam naquele momento. Essa atitude do periódico também se

⁴¹ Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890.

apresentaria como um aliado para os projetos que buscavam incessantemente modificar a nação seguindo os passos da moralidade, procuravam quais caminhos possíveis e seguros para fazer a manutenção dessa moral.

Explicando o modo como o crime seria tratado judicialmente, o jornal explanava (quase que de modo tutorial) quais atitudes e quais meios a população poderia procurar para que os delitos fossem apurados na tentativa de “restaurar a moral” das ofendidas.

É importante pensar que as vítimas defloradas eram colocadas ali como exemplo de comportamento a ser evitado pelas outras mulheres, mas, sobretudo, a publicação de casos de *defloramento* no jornal similarmente contribuía para que a moral masculina fosse questionada e é possível observar isso por meio das expectativas colocadas pelos homens e sobre eles. De acordo com Marcus Carvalho, a responsabilidade imposta para que mulheres fossem boas esposas e boas mães, também era importante para calibrar as noções de honra e dignidade masculinas. “Do homem também era exigido um bom casamento. Envelhecer solteiro poderia significar pobreza, infertilidade, devassidão e homossexualidade”.⁴² Assim, a imprensa também era utilizada por essas mulheres e suas famílias, como um aparato a favor de si mesmas.

Desse modo, se tornou cada vez mais recorrente a publicação de queixas e reclamações daqueles personagens cotidianos que buscavam a compreensão pública ao apresentarem suas dificuldades e cobranças aos juristas.

Na quarta-feira, 1 de maio de 1881, o intitulado “O defloramento da Rua Uruguayana” – que apareceria também nos dias 14 de maio e 19 junho do mesmo ano –, passou a ter espaço na *Gazeta de Notícias* para que fossem tomadas providências “em prol de uma infeliz vítima de sedução por um carneiro”. Caso em que permaneciam ainda em alerta, os “pais de família” que voltavam a dizer: “nós os chefes de família pobres bradaremos uníssonos”. Assinado sempre por: “A Sentinela”.⁴³

Outro caso que se repetiu em mais de um número do jornal com similares exigências feitas por um “pai de família”. O “Defloramento do Engenho Novo” foi primeiramente anunciado em 11 de setembro de 1883, a pedido de José de Souza Velloso que buscava encaminhamentos para o crime cometido contra sua filha de 12 anos⁴⁴, e permaneceu sendo

⁴² CARVALHO, Marcus. **A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX**. In: NEVES, Lucia; MOREL, Marco & FERREIRA, Tânia (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas do poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. pp.184.

⁴³ *Gazeta de Notícias* (RJ). 01/05/1881. pp.2. [grifo meu]

⁴⁴ *Gazeta de Notícias* (RJ). 11/09/1883. pp.2.

noticiado nos dias 19, 21 e 28 de outubro do mesmo ano. Na notícia do dia 21 de outubro, José Velloso escreveu pessoalmente ao “S. M o Imperador, ao Exm. Sr. Ministro da justiça e ao público”, depois de ser ameaçado por cartas anônimas e após uma tentativa de assassinato com dois tiros contra ele:

Corro a imprensa para declarar que, em virtude de uma questão que mantenho com o 1º suplente do subdelegado da freguesia do Engenho Novo, a minha vida está em perigo, se contra o punhal assassino do capanga não me protegerem as auctoridades. Como pai que persegue a um bandido que deflorou a uma filha de 12 annos de idade, como esposo traído pela esposa seduzida por esse mesmo homem, não devo, não quero deixar de procurar por todos os meios que a justiça desça implacavelmente sobre sua cabeça.⁴⁵

Na virada do século XIX para o XX, com as aspirações republicanas atuando a todo vapor, a publicação de crimes passou a ser realizada de forma ainda mais intensificada e presente em diversos espaços do jornal, principalmente por trazer notícias carregadas de emoções e sensações. Os casos eram divulgados de maneira detalhada para que disponibilizassem o maior número de informações a respeito dos processos a serem realizados contra quem cometesse tais infrações.

Os inquéritos de *defloramento*, por exemplo, chegavam a quase 500 a cada ano, entre 1920 e 1940, comparados com a média anual de 150 casos de homicídio, como afirma Sueann Caulfield⁴⁶. O que também comprova a popularização de periódicos e revela a disponibilidade jurídica ao tratar sobre esse tipo de delito. Além do mais, assim como apresenta Cristiana Schettini, “O comportamento sexual dos “populares”, fragmentariamente registrado nos processos, revela-se de central importância para os juristas viabilizarem seus projetos de sociedade republicana.”⁴⁷

As primeiras décadas da primeira República foram marcadas por uma grande transformação da imprensa que se tornava cada dia mais popularizada e diversificada, devido ao barateamento do custo dos impressos. Por isso, a produção seguia ainda mais acelerada para atender a demanda de crescimento urbano e da sociedade que marchava rumo ao progresso. Entretanto, nesse momento a imprensa era vista como “empresa”, sendo cada vez mais consumida, questiona-se o que seria de quem sobrevivia da escrita e do fazer literário?

⁴⁵ Gazeta de Notícias (RJ). 21/10/1883. pp.2.

⁴⁶ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, Ed. UNICAMP, 2000. pp.38.

⁴⁷ PEREIRA, Cristina Schettini. **Um Gênero Alegre: Imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)**. Campinas. 1997. pp.12.

Segundo Maria de Lourdes Eleutério, com a criação do que era chamado de “mercado jornalístico” e com o jornalismo remunerado, “escrever na imprensa tornou-se não apenas uma fonte de renda, mas também instrumento de legitimação, distinção e mesmo poder político”⁴⁸. O periódico, logo, se transformou em um grande aliado da divulgação dos literatos, embora fosse um mercado de trabalho extremamente competitivo.

Eleutério, afirma de maneira similar, que a imprensa desses “tempos modernos” não se expressava apenas em noticiários consumidos por uma elite letrada e, ainda que os níveis de alfabetização fossem baixos, essa imprensa “se manifestou na rica segmentação que pautou aquele cotidiano presidido por etnias diversas, novas ideologias, outras práticas culturais”.⁴⁹ Nesse contexto, as transformações nos meios de comunicação (que alteraram também a própria linguagem) impulsionaram a elaboração e adaptação de novas práticas para a expressão visual da escrita não apenas nos jornais, mas também nas obras publicadas em livros⁵⁰.

Ao ser introduzida na imprensa e composta em grande parte por jornalistas, a literatura passa a crescer nacionalmente e a exercer importância como algo capaz de registrar acontecimentos do cotidiano, mas, principalmente, de transformá-lo. Leonardo Pereira mostra que isso se dava devido a literatos que se viam, de alguma forma, como responsáveis pela nação e com o poder de modelar a opinião pública⁵¹.

No entanto, a publicação em livros se mantinha restrita aos escritores estabelecidos como “consagrados”. Dessa maneira, o modo mais viável de publicar uma obra e ganhar certa visibilidade, era por meio dos jornais e revistas em forma de crônicas, contos ou nos folhetins, com capítulos divulgados separadamente. Apesar de promovido por muitos periódicos de grande circulação no Rio de Janeiro, essas publicações não puderam ser conduzidas somente por essas vias. De acordo com Lilia Schwarcz, “ainda que os jornais se tornassem mais regulares e passassem a contar com um corpo de funcionários fixo e colaboradores afamados, [...] continuava difícil entrar nesse clube, em que todos se conheciam e reconheciam”⁵²

⁴⁸ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Imprensa a Serviço do Progresso**. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2018. pp. 94.

⁴⁹ *Ibid.* pp. 101.

⁵⁰ *Ibid.* pp. 96.

⁵¹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. ***O carnaval das letras: os literatos e as histórias da folia carioca nas últimas décadas do século XIX***. Editora Unicamp. São Paulo. 1993. pp.38

⁵² SCHWARCZ, Lilia Moritz. ***Lima Barreto – Triste Visionário***. Editora Companhia das Letras, 2017. pp. 189.

É certo que assim como todos os seguimentos de uma sociedade herdeira da escravidão, os estigmas de cor, classe e gênero também se arrastavam até esse “clube seletivo” de literatos composto majoritariamente por homens brancos, que não teriam seus trabalhos divulgados na imprensa das letras “miúdas”, muito pelo contrário.

Foi nesse contexto que os jornais exerceram o papel de “produzir acontecimentos”. Assim como aponta Schwarcz, não era nova a ideia de escrever sobre a escravidão, isso já fazia parte do espírito da época na tentativa de dar conta de um sistema ainda tão pouco analisado e estudado na história⁵³. Essa seria, então, a oportunidade para que alguns escritores tivessem suas vozes ouvidas.

Lima Barreto – filho de mãe escravizada liberta e de pai também filho de escravizada – foi um desses literatos que não se banhava nas águas dos “consagrados” de sua época, mas que não escondia suas pretensões de escritor “da saga dos afrodescendentes” ainda que temesse pelas reações⁵⁴. O literato (inserido nesse momento em que o comportamento, de modo geral, era culpa das mulheres) se fez muito importante para o contexto, na medida em que estava presente em constantes discussões a respeito das mulheres, principalmente as pobres e racializadas.

A presença e atuação de Lima Barreto na imprensa foram marcadas por textos combativos à própria configuração da imprensa, mas não se limitava a isso. O autor ficou conhecido, no decorrer das pesquisas historiográficas ao longo dos anos, como um “escritor militante”, por escrever sobre e para aqueles que na então “República das Letras”, permaneciam marginalizados e, sobretudo, silenciados. O autor foi alvo de inúmeras críticas tecidas pelos “consagrados da literatura”, mas se posiciona persistente ao escrever em *Diário Íntimo* que:

Dirão que é o negrismo, que é um novo indianismo, e a proximidade simplesmente aparente das coisas turbará todos os espíritos em meu desfavor; e eu, pobre, sem fortes auxílios, com fracas amizades, poderei viver perseguido, amargurado, debicado? Mas... e a glória e o imenso serviço que prestarei a minha gente e a parte da raça a que pertença. Tentarei e seguirei avante. ‘Alea jacta est’ [a sorte está lançada.]. Se eu conseguir ler esta nota, daqui vinte anos, satisfeito, terei orgulho de viver! Deus me ajude!⁵⁵

⁵³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto – Triste Visionário**. Editora Companhia das Letras, 2017. pp.. pp190.

⁵⁴Idem.

⁵⁵ A maior parte dos manuscritos originais de Lima Barreto, incluindo *Diário Íntimo* está arquivada na Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e foi digitalizado como e-book.

Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/intimo.html>>. Acesso em 22 jul. 2020.

Em 25 de Outubro de 1907, editada e dirigida por Lima Barreto, foi lançada a revista *Floreal*, com a proposta de uma linguagem direcionada ao povo, com uma literatura distante das regras gramaticais da Academia.⁵⁶ Mesmo que não contasse com muitos recursos financeiros, muito menos com uma equipe de escritores “consagrados”, a revista possibilitou que o autor publicasse parte de seu romance inaugural *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*⁵⁷. No último parágrafo do prefácio desta obra, publicada no primeiro número da revista, Lima Barreto traz um ‘desabafo’ de Isaías Caminha, o porta-voz das ideias de seu criador:

Perdoem-me os leitores a pobreza da minha narração. Não sou propriamente um literato, não me inscrevi nos registros da livraria Garnier, do Rio, nunca vesti casaca e os grandes jornais da Capital ainda não me aclamaram como tal – o que de sobra, me parece, são motivos bastante sérios para desculparem a minha falta de estilo e capacidade literária.⁵⁸

Ainda que a *Floreal* tenha sido publicada somente por mais três números, se Lima Barreto tinha a intenção de balançar o cenário intelectual da época, ele balançou. Principalmente ao criticar o “jornalismo burguês”, que o autor “considerava leviano, adepto de uma cultura superficial, sujeito a políticas de influência e a práticas corruptas de toda a sorte.”⁵⁹

Entretanto, a trajetória de críticas diretas ou indiretas a respeito do cotidiano na cidade, do preconceito racial e do estigma da cor que sofria diariamente, não parou por aí. Lima Barreto assim como jornalista, era um literato presente nas discussões sobre as mulheres e se mostrava um assíduo leitor de jornais, podendo utilizar muito dos assuntos lidos para construir suas próprias histórias.

Foi assim que em fevereiro de 1922, apesar de ter sido publicado anteriormente como conto em uma coletânea organizada pelo autor em 1920, Lima Barreto publica na *Revista Sousa Cruz* a título de “romance inédito”, a narrativa de *Clara dos Anjos*. Nesta obra, como já apontado neste estudo, uma moça pobre e ‘de cor’, é deflorada por um rapaz branco e de

⁵⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto – Triste Visionário**. Editora Companhia das Letras, 2017. pp. 195.

⁵⁷ BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. Rio de Janeiro. 1907. O livro é narrado por Isaías, um jovem e brilhante estudante que vai para a cidade do Rio com aspirações de se tornar “doutor”, mas se vê cara a cara com a humilhação, o preconceito racial e a tristeza que aquela realidade social lhe coloca.

⁵⁸ *Floreal*. n.1. 25/10/1907. Rio de Janeiro. pp. 23.

⁵⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto – Triste Visionário**. Editora Companhia das Letras, 2017. pp. 210.

melhor condição social, no mesmo ambiente em que sempre esteve limitada sob pretexto de que ali estaria protegida das imoralidades do mundo, a sua própria casa.

Lima Barreto tece inúmeras críticas aos problemas de exclusão social no decorrer das apresentações de seus personagens, assim como salienta Lília Schwarcz, “o escritor não deixa escapar as mínimas variações da ‘cor escura’, prática estranha para a época tanto na literatura quanto na pintura”⁶⁰, porque pobreza e escravidão não possuíam lugares nas paredes das casas nem nas páginas dos livros daquela República que se empenhava em manter essas questões sociais escondidas debaixo de tapetes e tecidos.

Mas não é somente sobre o tema raça que o autor se dedica propositalmente, Lima Barreto investe diretamente na denúncia ao regime violento que as mulheres pobres eram sujeitadas e na prática de sedução que as atingia, sobretudo, as afrodescendentes. A personagem Clara dos Anjos é seduzida por Cassi Jones, que não fez uso da força violenta para abusá-la. Porém, essa foi uma exceção, Cassi Jones “quando no decorrer de suas conquistas, encontrava obstáculos, [...] logo procurava empregar violência.”⁶¹, como quando assassina o personagem Marramaque⁶², que sabia das intenções de Cassi com Clara e ameaçava denunciá-lo ao pai da menina.

É essa intimidação racial e violência sexual que Lima Barreto destaca e reitera em sua obra. Barreto objetivava orientar as moças a evitarem a inversão de valores perversa que a sociedade incentivava a elas, que de vítimas, passariam a ser culpadas. Estas, muitas vezes, eram classificadas como sedutoras, por supostamente “se oferecerem”. Algo que permanece sendo praticado ainda nos dias de hoje.⁶³

Ainda assim, o literato faz com que Clara dos Anjos também siga a lógica da vítima que mostra o exemplo a não ser seguido. E expõe a imagem de uma sociedade que determina comportamentos às mulheres – pobres e ‘de cor’ – para que evitem possíveis destinos trágicos à sua honra e moral, que parecem estar ligados diretamente a sua condição social e racial. Dessa forma, o literato participava dessa reeducação de mulheres e como homem, também determinava um padrão de conduta que as mesmas deveriam ou não exercer. Apesar

⁶⁰SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto – Triste Visionário**. Editora Companhia das Letras, 2017. pp. 408.

⁶¹ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp.163.

⁶² Marramaque (na narrativa) é padrinho de Clara e amigo muito próximo da família. O personagem nutria um fervoroso ódio por Cassi Jones, por saber de sua fama de malando e sedutor de mulheres.

⁶³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto – Triste Visionário**. Editora Companhia das Letras, 2017. pp. 408.

de tentar apresentar um novo caminho, permanece dentro de uma estrutura machista e hierarquizada.

Dessa forma, os projetos de sociedade republicana a respeito do comportamento feminino, também se estendiam das páginas dos jornais para as páginas dos romances que, no decorrer do tempo, seriam reconhecidos como clássicos. Mas, assim como seus escritores, essas obras de igual maneira devem ser inseridas em processos históricos determinados. Sobre isso, Leonardo Pereira e Sidney Chalhoub salientam que “a literatura e literatos estão inseridos na arena das polêmicas e conflitos de sua contemporaneidade, são sujeitos e personagens das histórias que contam”⁶⁴.

Até aqui, foi visto sobre como a publicação de casos de *defloramento*, não só na imprensa como na literatura, contribuíram para os ideais de controle social e sexual, e como a publicação dos mesmos se tornava cada vez mais frequente com o propósito de exemplificar o destino daquelas que não seguissem o padrão colocado. Mas, para além de notícias, compondo o editorial de periódicos ou de páginas sensacionais de um romance, de quem são essas histórias? Quem são as mulheres defloradas? Quais os seus nomes, suas características e idades? Como são apresentadas ou descritas? Além do mais, é fundamental para amparar essa pesquisa, questionar: de algum modo, a história de Clara dos Anjos, a das páginas ‘ficcionais’ de Lima Barreto, se cruza com as histórias das mulheres das páginas do jornal?

1.2 – Quem é Clara dos Anjos?

Clara dos Anjos, personagem feminina que dá nome ao romance do escritor Lima Barreto⁶⁵, é uma pobre moça ‘de cor’, que com seus dezoito anos recém feitos, marca as páginas da obra como uma típica moradora do subúrbio carioca nos anos iniciais do século XX, onde morava com seu pai, o carteiro Joaquim dos Anjos, e com sua mãe, Dona Engrácia.

Fisicamente, o escritor descreve que Clara herdara as características de ambos os pais, “o carteiro era pardo-claro, mas com cabelo ruim, como se diz; a mulher, porém, apesar de mais escura, tinha o cabelo liso. Na tez, a filha tirava ao pai; e no cabelo, à mãe.”⁶⁶ Criada como uma jovem donzela, a menina “era tratada pelos pais com muito desvelo, recato e

⁶⁴ CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A História contada: capítulos de história social da Literatura no Brasil**. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1998. pp 8.

⁶⁵ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. Mérito. 1922.

⁶⁶ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 124.

carinho”⁶⁷, por isso, dificilmente era permitido que saísse de casa. Assim, na maior parte do tempo, “Clarinha” – como era chamada pelos pais e pessoas mais próximas – era restrita ao seu lar para auxiliar sua mãe nas tarefas diárias e ao seu pai, que apaixonado por modinhas, solicitava que a filha as transcrevesse com frequência.

A menina Clara por acompanhar seu pai nas musicatas que fazia com os seus amigos durante as jogatinas de domingo à tarde em sua casa, também desenvolveu muito apreço pela música. Dessa maneira, de acordo com o literato, “crescera cheia de vapores de modinhas”⁶⁸, alimentando sua fascinação por todo o sentimentalismo amoroso cantarolado nelas, “levando-a a regiões de perpétua felicidade, de amor, de satisfação, de alegria [...]”⁶⁹.

Segundo Marcus Carvalho, em “regra geral, a instrução feminina não incluía apenas ler, escrever e contar, mas outras atividades adequadas à educação das futuras esposas, como bordar e costurar.”⁷⁰ Assim, Clara caminhava por uma instrução voltada principalmente ao casamento, seguindo a pretensão que, na verdade, acompanhava muitas moças da época que, apesar de pobres, seguiam um modelo de família e trabalho que havia sido premeditado para mulheres ricas.

À Clara era permitido sair de casa para aulas de costura e bordado, com sua vizinha Dona Margarida, quem (mesmo que a muito contragosto de sua mãe) a acompanhava raras vezes ao cinema no domingo, já que o pai dela era assíduo em suas jogatinas, enquanto a mãe não gostava de sair. E, apesar de parecer apreciar a vida que possuía – visto que era a única que conhecia –, Clara muitas vezes, ao ver outras moças saindo para passear e se divertir com seus pais, mães e amigas, se questionava sobre o isolamento de tudo e todos em que vivia.⁷¹

Para Lima Barreto,

essa reclusão e, mais do que isso, a constante vigilância com que sua mãe seguia seus passos, longe de fazê-la fugir aos perigos a que estava exposta a sua honestidade de donzela, já pela sua condição, já pela sua cor, fustigava-lhe a curiosidade em descobrir a razão do procedimento da mãe.

Por mais que apreciasse as modinhas, Clara não possuía nenhum ardor musical para instrumentos ou para composição ou até mesmo para seguir as linhas e tecidos que aprendia

⁶⁷ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp.72.

⁶⁸ Ibid. pp.128.

⁶⁹ Ibid. pp.149.

⁷⁰ CARVALHO, Marcus. **A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX**. In: NEVES, Lucia; MOREL, Marco & FERREIRA, Tânia (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas do poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. pp.195.

⁷¹ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp.165.

com Dona Margarida. Ainda que seu pai soubesse tocar flauta, violão e arriscasse na composição de algumas músicas, ele não ensinava à Clara tais conhecimentos. Ele até desejava que ela aprendesse a tocar piano, mas não possuía dinheiro para pagar alguém para ensinar, muito menos para comprar ou alugar o instrumento, tendo que atender a outras necessidades do lar.

Como pôde ser percebido, no decorrer do romance, não é dada nenhuma aspiração à Clara que não seja auxiliar a “função do pai, quando solteira, e do marido, quando casada.”⁷² Além do mais, isso fortalecia os questionamentos da menina sobre a sua reclusão, pois dessa forma, como conseguiria um bom casamento? Já que esse era o único interesse apresentado a ela e por isso vivia aos cantos se perguntando “o que queriam fazer dela? Deixá-la para ‘tia’ ou fazê-la freira? E ela precisava casar-se? Era evidente; sua mãe e seu pai tinham, pela força das coisas, que morrer antes dela; e, então, ela ficaria pelo mundo desamparada?”⁷³

Dessa forma, Clara, reduzida ao ambiente doméstico, é caracterizada em ingenuidade, inexperiência e falta de representação da sua própria individualidade social e econômica, parecendo não haver “nenhum desejo de elevar-se, de reagir contra essa representação”⁷⁴. Assim sendo, Lima Barreto afiança ainda que “a filha do carteiro, sem ser leviana, era, entretanto, de um poder reduzido de pensar, que não lhe permitia meditar um instante sobre o seu destino, observar os fatos e tirar lições e conclusões.”⁷⁵

Ainda que Clara questionasse sua reclusão na dependência do pai, nutria com ardor o desejo de se casar e se realizar em suas funções nas dependências de um marido. Mesmo que o casamento fosse visto nas classes mais elevadas como ascensão social, Clara, assim como era imposto para as mulheres da elite, também via no matrimônio, um modo de se aproximar do que era colocado pelos ideais do período como a única realização social para o sexo feminino, ser esposa, mãe e dona do lar.

Dona Engrácia, mãe de Clara, é quem Lima Barreto coloca para apresentar a submissão dentro do casamento, traduzindo sua crítica acerca desse tipo de conduta de algumas mulheres de classe inferior dentro dessa instituição. “O seu comportamento era completamente inerte e passivo. Muito boa, muito honesta, ativa no desempenho dos

⁷² BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 218.

⁷³ Ibid. pp. 150.

⁷⁴ Ibid. pp. 219.

⁷⁵ Ibid. pp. 220.

trabalhos domésticos; entretanto, era incapaz de tomar uma iniciativa em qualquer emergência. Entregava tudo ao marido.”⁷⁶

De acordo com Sidney Chalhoub⁷⁷, parte das mulheres das classes mais baixas procurava algum meio de ter uma conduta mais independente e “quebrar” de certa forma esse status de submissão e passividade ao exercerem algum tipo de atividade remunerada. As mulheres pobres permaneciam sonhando com o casamento e traçando-o como objetivo de vida, no entanto, para as classes mais populares o “significado e o sentido do casamento apresentavam especificidades”⁷⁸ e configurações diferentes do matrimônio vivenciado pela elite.

Portanto, é por meio de Dona Engrácia que Lima Barreto parece tecer críticas às mulheres pobres que ainda se sujeitavam a essa situação de dependência imposta por ideais elitistas. O romance, ambientado nos subúrbios do Rio de Janeiro, traz personagens femininas que não desempenhavam nenhuma atividade remunerada ainda que o autor “informe” que não é indigno uma mulher que trabalhe e seja paga por isso. Para Eliane Vasconcellos, “o narrador de *Clara dos Anjos* tem consciência de que só o trabalho poderia libertar a mulher da situação de apêndice do homem, tanto assim que censura Clara por sua falta de ambição profissional e por preferir manter-se dentro dos padrões sociais.”⁷⁹

A construção das demais personagens do romance, de maneira similar, indicava denúncias de Lima Barreto acerca das mazelas e injustiças sociais do cotidiano no subúrbio do Rio de Janeiro. A apresentação de Clara contribui para que o autor revele uma situação de extrema desigualdade social e um “destino inevitável” para as moças com o mesmo nascimento dela: “mulata”⁸⁰, pobre e (sobretudo) mulher.

Martha Abreu assegura, que – ao construir as personagens e suas relações – Barreto também faz uma denúncia sobre

como o mundo “civilizado” era dominado pelos brancos e fechado aos mulatos, mesmo àqueles como Clara, que haviam se comportado “tão bem”. O autor magnificamente, através de sua personagem, explicitava a grande contradição da elite política, no caso jurídica, que pretendia civilizar uma população para o trabalho livre e formar cidadãos, sem deixar de marginalizá-la pela sua cor, hábitos,

⁷⁶ BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 143.

⁷⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Editora da UNICAMP, 2001. pp. 89.

⁷⁸ DE ABREU ESTEVES, Martha. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Paz e Terra, 1989. pp. 164.

⁷⁹ VASCONCELLOS, Eliane. *Entre a Agulha e a Caneta. A mulher na obra de Lima Barreto*. Editora Nova Aguilar. S.A. Rio de Janeiro. 1999. pp.125.

⁸⁰ Termo utilizado por Lima Barreto.

moradia e cultura, impedindo-a de participar afastando-a do mundo higiênico.⁸¹

Lima Barreto (com todo o seu pessimismo acerca das circunstâncias sociais da vida das mulheres pobres e racializadas) escreve em tom pedagógico – já que os literatos também se viam nessa responsabilidade de formar e educar mulheres – para que essas moças compreendam que diante dessa “situação”, era necessário que se vivesse com ainda mais recato, cuidado e atenção. Isso pode ser observado, quando o literato apresenta os pensamentos do padrinho de Clara, Seu Marramaque, que diz:

a atmosfera de corrupção que cerca as raparigas do nascimento e da cor de sua afilhada, e também o mau conceito em que se têm as suas virtudes de mulher. A priori estão condenadas e tudo e todos pareciam condenar os seus esforços e dos seus para elevar a sua condição moral e social.⁸²

Dessa maneira, Lima Barreto continua a reforçar a sua concepção de que a condição social, cor e gênero de Clara, apesar de sua boa conduta e “honestidade de donzela”⁸³, apresentavam somente um horizonte potencialmente marcado por desventuras. Principalmente, ao determinar uma conduta de sonhadora, que fantasiava casar-se e viver um amor como aqueles cantados nas músicas que escutava.

A partir disso, afinal que destino anunciado é esse que Lima Barreto tanto se preocupa em alertar? No romance – assim como tantas outras moças que tiveram suas histórias divulgadas nos jornais todos os dias – Clara foi seduzida, deflorada e abandonada por um violeiro conhecido por sua fama de malandro e sedutor, rapaz branco e de condição social mais favorável. Esse *defloramento* foi denunciado, evitado, avisado pelos demais personagens, e pelo próprio narrador. Mas, no romance, o literato parece afirmar que esse futuro premeditado seria algo que Clara não pudesse evitar, devido a sua cor, origem de nascimento e ignorância perante as crueldades do mundo.

São nessas circunstâncias que Lima Barreto traz Cassi Jones como o algoz que se aproveitaria dessa “inocência e falta de conhecimento de vida” da personagem. Apresentado durante todo o romance como um rapaz de má fama, que tirava vantagem de tudo e de todos e que com seus menos de trinta anos já contava quase dez defloramentos e em maior quantidade a sedução de mulheres casadas.

⁸¹ DE ABREU ESTEVES, Martha. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Paz e Terra, 1989. pp. 204.

⁸² BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 123.

⁸³ Ibid. pp. 133.

Lima procura alertar com empenho que as façanhas de Cassi eram quase sempre acompanhadas de muito escândalo nos jornais e delegacias. Todavia, por meio do amparo de advogados que empregavam várias maneiras de forjar sua inocência, Cassi conseguia se livrar de casamentos ou de alguns anos de prisão. Assim também ocorria com os fatos apresentados pelos jornais, como já foi mencionado.

Cassi Jones fazia parte do que Lima Barreto chama de “típica classe média suburbana”, filho de um pai empregado público, que segundo o escritor “tinha profundos sentimentos morais”⁸⁴ e, que (apesar de não concordar com as ações do filho) era facilmente convencido a não puni-lo, por sua esposa Dona Salustina, mãe de Cassi. O escritor, dessa forma, seguia a premissa de que a culpa pelos desvios de comportamentos morais da sociedade era das mulheres, especialmente mães, independentemente da condição social e racial delas.

A vaidade de Dona Salustina parece ser para o literato, um grande contribuinte para que as injúrias de Cassi fossem acobertadas, pois, “repugnava-lhe ver o filho casado com uma criada preta, ou com uma pobre mulata costureira, ou com uma moça branca lavadeira e analfabeta”⁸⁵. E essa “mórbida ternura da mãe por ele, a que não eram estranhas as suas vaidades pessoais, junto à indiferença desdenhosa do pai, com o tempo fizeram de Cassi o tipo mais completo de vagabundo doméstico que se pode imaginar.”⁸⁶

Cassi, personagem indecoroso e desonrado, (caráter esculpido pela “educação frouxa” de sua mãe, segundo o autor) não falia em conquistar as moças, que como Clara, na “inocência”, simplicidade de vida, boa-fé e ardor juvenil, acreditavam cegamente em suas falsas promessas e acabavam assim, defloradas.⁸⁷

Mas o que havia de ser de Clara agora? “Desonrada, vexada diante de todos, com aquela nódoa indelével na vida.”⁸⁸. O que seria dessa pobre – e não mais donzela – que só “agora é que tinha noção exata da sua situação na sociedade. Fora preciso ser ofendida irremediavelmente nos seus melindres de solteira, [...] para se convencer de que ela não era uma moça como as outras. Era muito menos no conceito de todos.”⁸⁹

⁸⁴ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 88.

⁸⁵ Ibid. pp. 87.

⁸⁶ Ibid. pp. 98.

⁸⁷ Ibid. pp. 282.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Ibid. pp. 293.

A resposta que Lima Barreto reserva à personagem, que, após ser deflorada, percebe o que “devia ter aprendido da boca dos seus pais, que a sua honestidade de moça e de mulher tinha todos por inimigos”⁹⁰, é que:

O que era preciso, tanto a ela como às suas iguais, era educar o caráter, revestir-se de vontade, [...], para se defender de Cassi e semelhantes, e bater-se contra todos os que se opusessem, por este ou aquele modo, contra a elevação dela, social e moralmente. Nada a fazia inferior às outras, senão o conceito geral e a covardia com que elas o admitiam...⁹¹

Essa é Clara dos Anjos, quem carrega o nome da obra e que é a única mulher protagonista dos romances barretianos, mas é silenciada e não possui nenhuma compensação na sua história. A personalidade dada a ela ao longo do romance é tratada por Lima Barreto como a “facilitadora” do seu destino irreparável, pois sem questionar seu lugar e individualidade social seria “facilmente seduzida” por um qualquer que promettesse fantasias a ela. Desse modo, o autor demonstra como mulheres da condição de Clara, também eram constantemente silenciadas e teriam suas vidas marcadas por fatalidades.

Clara foi deflorada em sua própria casa, no lugar que sempre esteve para se manter ‘protegida’ dos ‘perigos’ existentes rua a fora. Protegida do quê? De quem? Ela havia perdido aquilo que para a época, era a maior virtude de uma mulher e estava diretamente ligada à sua virgindade: a sua honra. E esse é o “exemplo” ou o ensinamento que Lima Barreto pretende repassar para as “Claras Reais”, que eram afetadas diretamente pelos padrões elitistas e compartilhavam a mesma realidade de Clara dos Anjos.

1.3 – Quem são as “Claras Reais”?

Os valores relativos à honestidade perpassavam esses crimes de *defloramento* no que diz respeito às imagens sociais ligadas à virgindade – física e moral – das ofendidas. Tendo em vista que para realizar os inquéritos, além das exigências materiais de exames médicos, também existia todo um aparato de análise da questão moral que determinava se a ofendida era honesta, ou não⁹².

⁹⁰ BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 294.

⁹¹ Idem.

⁹² DE ABREU ESTEVES, Martha. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Paz e Terra, 1989. pp. 39.

A grande questão em voga era se as ofendidas possuíam valores morais suficientes para que fossem merecedoras da proteção e apoio da Justiça. Sendo assim, de acordo com Martha Abreu, “não estava em pauta apenas o que havia sido feito, mas aquilo que o acusado e a ofendida eram, poderiam ser ou seriam.”⁹³ Vale ressaltar que a boa conduta não era analisada somente entre os envolvidos diretamente, o mesmo ocorria com testemunhas de defesa, tanto do ofensor quanto da ofendida. Em resumo, quem possuísse o comportamento mais dentro dos moldes e padrões levava a inocência ou a reparação para casa.

No entanto, é possível perceber que aparentemente, tais constatações eram demasiadamente subjetivas e não eram suficientes para alguns casos. Na terça-feira, 10 de Outubro de 1899, foi publicada uma notícia na *Gazeta de Notícias*, em que Albino M. de Maltos foi retirado de sua própria casa à noite por um inspetor da polícia que favoreceu o plano infame de um soldado que deflorou a filha de Albino, Adelaide Meirelles de Maltos, enquanto o mesmo esteve preso.⁹⁴

A notícia se desdobrou por mais dias no jornal⁹⁵ e Albino cobrou providências publicamente ao delegado que “concorreu diretamente para que esse soldado se escapasse, basta declarar que o soldado nunca foi preso.”⁹⁶ Adelaide também não foi submetida a nenhum exame médico e nenhuma outra providência foi tomada, ao contrário disso, foi levada para a casa de um cabo da polícia, companheiro de seu ofensor, para que fosse intimidada a se declarar como eles achassem conveniente. Não são dadas mais informações sobre como era ou como estava Adelaide, em contraponto, o seu pai, segundo o jornal, possuía “estima geral como bom chefe de família, e trabalhador, e honesto em todos os seus compromissos e tal foi o abalo por tal crime, já pela impunidade desse, que se acha recolhido ao hospital [...] sofrendo das faculdades mentais.”⁹⁷

Adelaide, assim como Clara dos Anjos, parece ter uma criação pautada nos bons costumes de moral, difundidos pelo seu pai “bom chefe de família”. Ainda que o inquérito tenha sido aberto e que testemunhas tenham sido ouvidas, confirmando a história de Albino, o delegado não tomou providências, o ofensor permaneceu impune e Adelaide, novamente como Clara, permaneceu desonrada.

⁹³ DE ABREU ESTEVES, Martha. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Paz e Terra, 1989. pp. 41.

⁹⁴ *Gazeta de Notícias* (RJ). 10/10/1899. pp.2.

⁹⁵ Dias 12 e 14 de outubro de 1899.

⁹⁶ *Gazeta de Notícias* (RJ). 10/10/1899. pp.2.

⁹⁷ *Gazeta de Notícias* (RJ). Ed. 10/10/1899. pp.2.

Os crimes de *defloramento* expostos no jornal eram casos de mulheres pobres. Isto porque as moças da elite, pela sua própria condição social e suposto conhecimento das normas e valores, não encontravam muitas dificuldades para permanecerem com suas histórias silenciosas e poderiam continuar honradas por outras atribuições. Martha Abreu destaca que, a medicina determinava relações sexuais apenas dentro do casamento, de maneira obrigatória para mulheres e preferencial para homens. As moças ricas defloradas:

possivelmente desobedeceriam essas prescrições, mas seus familiares iriam pressionar a realização do casamento ou puni-las e segregá-las. Como essa regra era uma das mais sérias, esforçar-se-iam em outras para se manterem higiênicas. [...] Os problemas enfrentados por uma mulher pobre e deflorada seriam de outra ordem, e as relações sexuais antes do casamento não marcariam a primeira ou a única norma desrespeitada.⁹⁸

As notícias publicadas na *Gazeta de Notícias* possuíam poucos detalhes sobre quem eram as mulheres, divulgando a idade, algumas vezes os seus nomes e suas profissões, que quase sempre eram em posição inferior à de seus ofensores, os quais se utilizam dessa superioridade para tirar vantagens nos inquéritos onde, pelo contrário, possuíam diversas características divulgadas.

Na quarta-feira, 27 de Maio de 1891, a história de Maria, de 15 anos, foi publicada na primeira página do jornal. O juiz municipal e de órfãos recebeu o inquérito de *defloramento* cometido pelo médico Dr. Clarimundo Nery de Carvalho, morador do Engenho Novo em cuja casa, Maria era empregada como criada.⁹⁹ Clarimundo se utilizou da sua influência para fazer com que a mãe de Maria não prestasse queixa, embora não tenha funcionado por muito tempo.

Ao ser interrogada, Maria declarou que, na condição de criada, foi forçada por mais de uma vez a ter contatos com Clarimundo, que se aproveitava dos momentos em que não havia mais ninguém em casa para que Maria não tivesse a quem pedir ajuda e para que ele pudesse “saciar suas paixões, abusando da sua fraqueza”. Maria, então grávida, foi mandada para a cidade de Silveiras, em São Paulo, para que lá tivesse a criança escondida.

Clarimundo, ao ser interrogado, se utilizou dos artifícios morais ao declarar que aos seus 34 anos, casado e morando na cidade de Silveiras, recebeu em sua casa a menor Maria com 12 anos, filha de uma meretriz (portanto indigna de muita honra). Alegando não ser o

⁹⁸ DE ABREU ESTEVES, Martha. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Paz e Terra, 1989. pp. 165.

⁹⁹ *Gazeta de Notícias* (RJ). 27/05/1891. pp.1.

autor do *defloramento*, Clarimundo declarou ainda que é falsa a acusação que lhe fazem, porque Maria fugiu de casa algumas vezes, várias outras ia em festas ou outros divertimentos e tinha contato com outros homens, portanto a culpa de deflorá-la não era dele. Embora algumas testemunhas tivessem declarado que receberam dinheiro do acusado para permanecer caladas, o inquérito persistiu sem resolução.

Ou seja, na prática da justiça, o direito à ‘proteção’, à honra e à civilização não era para qualquer mulher¹⁰⁰. É certo que o réu – nesse caso patrão – possuía melhores condições de contratar bons advogados capazes de apresentar Maria facilmente como aproveitadora. Dessa maneira, as decisões jurídicas nos casos de *defloramento* reproduziam fortemente as desigualdades sociais, por meio das diferenças de cor, gênero padrões higiênicos e condição social. O que não se fazia em favor das ofendidas, evidentemente.

É fato que o objetivo era que essas histórias fossem expostas, a fim de educar comportamentos, divulgando o rumo que tomariam os que não os seguissem. Para isso nem os nomes de algumas ofendidas eram devidamente explicitados. Na segunda-feira, 26 de outubro de 1885, uma menina citada como “Maria de tal”, de 12 a 13 anos, foi deflorada com o consentimento da própria mãe, que recebeu dinheiro para isso. Segundo a notícia, o crime teria esclarecimentos mais completos, revelado somente ao Curador Geral de órfãos e às autoridades policiais.¹⁰¹

No entanto, os jornais não eram espaços de punição apenas para as mulheres, essas notícias também poderiam ser divulgadas para expor a moral masculina nos jornais. Tais histórias eram direcionadas e existia alguém que se sentiria ofendido, visto que os homens também precisavam defender o pressuposto de pais e trabalhadores honestos. E, muitas vezes, essas mulheres e as famílias delas utilizavam desse desejo masculino de se acobertar quando recorriam à polícia e ao jornal. Percebe-se, então, a agência dessas mulheres que utilizavam as medidas que lhes eram impostas em favor de si mesmas, o que não foi narrado por Lima Barreto na história da Clara dos Anjos, nem divulgado pelos jornais sobre as histórias das “Adelaides” e “Marias de Tal”.

A divulgação de *defloramentos* era necessária naquele período como parte de uma politização do cotidiano dos populares. Já que estes se manifestavam de diversas e

¹⁰⁰ DE ABREU ESTEVES, Martha. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Paz e Terra, 1989. pp. 114.

¹⁰¹ Gazeta de Notícias (RJ). 26/10/1885. pp.2.

complexas formas, sendo uma delas a prestação de contas à comunidade e o posicionamento de uns frente a outros para compararem os valores que lhes perpassavam¹⁰².

Dessa maneira, a queixa de um crime de *defloramento* realizada por esses populares (que corriam o risco de não ter sua honra “vingada”) demonstram as contraditórias lutas de poder e também expõem como as normas universais de controle e moral exerciam influência no interior das classes mais baixas, ainda que fossem vivenciadas na prática de maneiras diferentes das classes mais abastadas. Nessas circunstâncias, essas mulheres além de expostas, eram silenciadas e ainda mais marginalizadas. Já que os crimes não eram avaliados pelos acontecimentos em si, mas por meio da vigilância moral popular que era pautada muitas vezes pela estrutura familiar e principalmente pela cor, carregando os estigmas da escravidão que tanto se esforçavam para omitir.

¹⁰² DE ABREU ESTEVES, Martha. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Paz e Terra, 1989. pp. 114.

CAPÍTULO II – “No último degrau da sociedade” – do *defloramento* ao ambiente público.

Catava com cuidado as vítimas entre as pobres raparigas que pouco ou nenhum mal lhe poderiam fazer, não só no que toca à ação das autoridades, como a dos pais e responsáveis. – Lima Barreto. Clara dos Anjos.

O negro é a cor mais cortante. – Lima Barreto. Cemitério dos Vivos.

2.1 – “Nos subúrbios, todos conhecem as suas habilidades, Cassi Jones” – As seduções de Cassi Jones e a denúncia de Lima Barreto acerca das marcas da escravidão.

Iniciando com a descrição do carteiro Joaquim dos Anjos, pai de Clara dos Anjos, suas jogatinas e ajantarados¹⁰³ dominicais com os amigos, a esposa e a filha na pacata casa dividida em prestações, Lima Barreto vai inserindo os demais personagens na narrativa; se preocupando em fazer uma apresentação minuciosa das características físicas e sociais deles, bem como do espaço em que vivem.

No que diz respeito ao enredo de Cassi Jones e sua família, o literato traz esses pormenores a laço. Estes detalhes levam a questionar no decorrer deste trabalho, por exemplo: de que maneira as diferenças entre as famílias de Cassi Jones e de Clara dos Anjos apresentam as hierarquias sociais e raciais ainda presentes por meio das linhas de continuidade entre escravidão e liberdade?

Além do mais, de que forma o literato apresenta as mulheres fora do ambiente de casa? O que a história dessas mulheres, principalmente as defloradas, dizem a respeito das estruturas de controle vivenciadas nas ruas pelas classes populares dos subúrbios do Rio de Janeiro naquele momento? Essas duas últimas questões, sobretudo apoiadas pela apresentação detalhada das personagens ao longo da narrativa, são elementos importantes que constituem o objetivo deste capítulo. Busca-se, então, compreender como as figuras femininas são apresentadas no ambiente público das ruas tido como “perigoso” e como isso

¹⁰³ Lanche servido aos domingos ou feriados em horário mais tardio que o habitual com o intuito de substituir almoço e o jantar.

era determinado pelos caminhos de controle acerca das mulheres pobres da capital fluminense, recém republicana.

A começar pelo próprio Cassi Jones de Azevedo, Lima Barreto o apresenta como um “rapaz de pouco menos de trinta anos, branco, sardento, insignificante, de rosto e de corpo; e, conquanto fosse conhecido como consumado modinheiro¹⁰⁴ além de o ser também por outras façanhas verdadeiramente ignóbeis”¹⁰⁵. O rapaz é inserido na trama como o malandro cantador de modinhas, conhecido por seduzir e deflorar muitas mulheres pobres, “de todas as cores”, solteiras ou casadas, de maior ou menor idade. Cassi, assim como apresenta o autor, não era punido por seus crimes devido a escolha certa de moças que não possuíam alguém “na parentela delas, capaz de vencer a influência do pai [de Cassi], mediante solicitações maternas”¹⁰⁶ para que livrasse o filho da prisão ou do casamento com uma “qualquer”.

O pai do cantor de modinhas, Manuel Borges de Azevedo, é caracterizado como um homem sério “de pouca altura, trazia a cabeça sempre erguida, testa reta e alta, queixo forte e largo e olhar firme”.¹⁰⁷ Ele trabalhava em uma repartição pública há mais de trinta anos, “deveras um velho simpático e respeitável; e, apesar de seus modos um tanto ríspidos e secos, todos o estimavam na proporção em que seu filho era desprezado e odiado”¹⁰⁸.

A mãe do rapaz, Salustina Baeta de Azevedo, é apresentada como uma mulher altiva e esnobe que em uma de suas vaidades se dizia descendente de um tal de “Lord Jones”¹⁰⁹. Dona Salustina ao contrário de seu marido, “não era lá muito querida nem prezada. Tinha fumaças de grande dama, de ser muito superior às pessoas de sua vizinhança e mesmo às dos seus conhecimentos”.¹¹⁰

E esse sentimento de superioridade, segundo o literato, era gerado porque ela era irmã de médico (também capitão no Exército) e por ter estudado no Colégio das Irmãs da Caridade, famoso internato de normalistas. Como se ascender socialmente implicasse em

¹⁰⁴ Homens que se dedicavam ao canto de modinhas e ao violão apenas por puro entretenimento, entendido por Lima Barreto como “uso vulgar da música”.

¹⁰⁵ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp.84.

¹⁰⁶ Ibid. pp.87.

¹⁰⁷ Ibid. pp.88.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Daí surgiu o nome do filho, Cassi Jones.

¹¹⁰ Idem..

criar um passado glorioso que evidenciasse como ela e sua família eram diferentes de seus vizinhos, ainda que também morassem no subúrbio.¹¹¹

Cassi Jones era o mais velho de duas irmãs, Catarina e Irene, que são assinaladas por Lima Barreto como “menos vaidosas que a mãe, mas muito mais ambiciosas em matéria de casamento”.¹¹² Elas sonhavam se casar com doutores bem empregados, ricos ou nessas circunstâncias, certamente homens brancos, assim como as moças das classes mais abastadas. Diferentemente de Clara dos Anjos, que como visto no capítulo anterior não possuía alguma outra atribuição além do comum desejo do matrimônio, as duas irmãs estavam prestes a se formar, Catarina em música e piano, e Irene na Escola Normal.

A instrução de Catarina e Irene era algo muito prezado por seus pais, diferentemente do que faziam com Cassi. Lima Barreto faz questão de evidenciar que o rapaz “era quase um analfabeto”, sendo que “sua vida mental se cifrava na composição de modinhas delambidas, recheadas das mais estranhas que a sua imaginação erótica, sufocadas pelas conveniências, criava tendo sempre perante seus olhos o ato sexual”.¹¹³

A família morava na estação próxima a de Todos os Santos, em um subúrbio do Rio de Janeiro tido como “elegante”, numa casa bem cuidada com a rua limpa e calçada com paralelepípedos. Em contraponto, Clara dos Anjos e seus pais, viviam em uma “casita nos subúrbios”, simples, pequena e apesar de razoável, estava situada em uma rua que quando chovia “encharcava e ficava que nem um pântano.”¹¹⁴

A mínima descrição da vida e residência dos “Azevedo” em detrimento aos “dos Anjos” é importante porque, assim como trata Lília Schwarcz, a família de Cassi pode ser colocada como protótipo de uma típica “classe média suburbana”¹¹⁵, que ainda que vivesse no subúrbio, se via como diferente e com melhores condições em relação aos outros moradores. O que releva a diversidade presente nos subúrbios, tidos como homogêneos.

Inclusive, Dona Salustina, que arrogantemente se achava distinta, é para o autor personificação da “burguesia suburbana”. Ainda de acordo com Schwarcz, Lima Barreto parece “despejar todos os seus ressentimentos nessa classe média – vizinha em termos de região e condição social, porém distante em suas projeções”¹¹⁶.

¹¹¹ Ver mais em: CHALHOUB, Sidney. “Sobre genealogia e outros assuntos de família”. In: **Machado de Assis Historiador**. Companhia das Letras, 2003.

¹¹² BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp.89.

¹¹³ Ibid. pp. 98.

¹¹⁴ Ibid. pp.64.

¹¹⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto – Triste Visionário**. Editora Companhia das Letras, 2017. pp. 410.

¹¹⁶ Idem.

Lima dedica parte considerável do romance para discorrer sobre Cassi Jones, seus entes, seu tipo “criminoso” e seus delitos que eram facilmente inocentados, principalmente por intermédio de seus pais. Porquanto

quando a polícia ou os responsáveis pelas vítimas, pais, irmãos, tutores, punham-se em campo para processá-lo convenientemente, ele corria à mãe, Dona Salustina, chorando e jurando a sua inocência, asseverando que a tal fulana – qualquer uma das vítimas- já estava perdida, por esse ou por aquele; que fora uma cilada que lhe armaram, para encobrir um mal feito por outrem, e por o saberem de boa família etc. etc.¹¹⁷

Para o literato, a principal culpada pelas malfeitorias de Cassi Jones era sua mãe, Dona Salustina, que “fingia não perceber, passava a mão pela cabeça do filho querido, nada dizia ao pai”.¹¹⁸ O autor de *Clara*, declara ainda que, rebelde desde sempre, a doçura para com o rapaz, “por parte de sua mãe, e os prejuízos dela, impediram-na que o corrigisse convenientemente, assiduamente, no tempo próprio”.¹¹⁹

Posto isto, Lima Barreto parece trazer para a narrativa uma questão muito presente nos ideais da época acerca da maternidade como um dever patriótico de educar futuros bons cidadão. De igual maneira, o literato alimenta a concepção republicana de que as mulheres e, por conseguinte, as mães, eram culpadas pelos “desvios” sociais.

Segundo Martha Luna Freire, a preparação e educação das mulheres para serem mães era cada vez mais um dever social. Assim, a maternidade foi um dos caminhos encontrados pela sociedade brasileira para materializar as transformações sociais e políticas almejadas, efetivando na prática a ‘republicanização’ do país.¹²⁰

Sobretudo porque reformadores e higienistas, “insistiam na relevância do papel das mulheres para a ‘evolução’ e ‘elevação da raça’ e incentivavam a romper com os costumes ‘bárbaros’ do passado e abraçarem, ao lado deles, os pressupostos da ciência e da modernidade”.¹²¹

Dessa forma, ainda que recebesse as confissões de seduções do filho, Lima Barreto afirma que Dona Salustina retirava muitas vezes o rapaz “dos xadrezes policiais, em vésperas

¹¹⁷ BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp.86.

¹¹⁸ Ibid. pp. 106.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ FREIRE, Martha Luna. ‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.153-171, jun.2008. pp. 168.

¹²¹ Ibid. pp. 166.

de seguir para a detenção”, afirmando que o filho não iria preso, muito menos se casaria com alguma “crioulinha”¹²² ou com quaisquer “baraias”.¹²³

Sobre essa caracterização das mulheres na obra de Lima Barreto, ainda é possível recordar Nair, que era “uma moça muito pobre, que morava na redondeza”¹²⁴. Sua mãe era viúva de um capitão do exército que, apesar das dificuldades, com a ajuda dos parentes conseguiu encaminhar a menina aos estudos “próprios do seu sexo”, como salienta o literato. Nair tinha gosto pela música e por isso, se aproximou de Catarina, a pianista irmã de Cassi, para assim receber instruções.

De acordo com Lima Barreto, o rapaz viu em Nair uma “presa fácil”. Ela era “inexperiente, em plena crise de confusos sentimentos, sem ninguém que lhe pudesse orientar, acreditou nas lábias de Cassi e deu o passo errado. A mãe veio a descobrir-lhe a falta, que se denunciava pelo estado de seu ventre”.¹²⁵ Em busca de remediar a honra perdida da filha, a mãe da menina correu para a casa de Dona Salustina, que a respondeu secamente: “Não posso fazer nada, no caso, minha senhora. Já lhe disse. A senhora recorra à justiça e à polícia, se quiser. É o único remédio”.¹²⁶

Dessa forma, o literato faz questão de salientar que Cassi era do tipo meticoloso e escolhia bem as suas vítimas se baseando especialmente na condição social delas, pois, nesses momentos, sabia que não teriam como recorrer a caros advogados ou colocá-lo em alguma situação irreversível. Bem como é mostrado pela mãe de Nair: “Ah! Meu Deus! Onde vou buscar dinheiro para isso? Minha filha, desgraçada, meu Deus!”¹²⁷

A mãe de Nair, em uma tentativa de amparo na casa dos Azevedo, insistiu que Dona Salustina “como mãe que é, e de filhas”¹²⁸, tentasse aconselhar o rapaz para que ele reparasse a honra de Nair de algum modo que evitasse exposições de ambas as famílias. A despeito disso, é pertinente observar como essas duas mães pensam sobre seus filhos a partir da sexualidade. A mãe de Cassi Jones tem clareza, de que as suas filhas dentro de sua casa teriam o controle que precisam para evitar seduções como essa e demonstra isso à mãe de Nair, quando responde rispidamente que: “Nós nada temos com que Cassi faz. Se fosse nossa

¹²² BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp.87.

¹²³ Idem. Lima Barreto utiliza “baraias” como um termo pejorativo para designar uma mulher como prostituta.

¹²⁴ Ibid. pp. 91.

¹²⁵ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 91.

¹²⁶ Ibid. pp. 93.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Ibid. pp. 92

filha...”.¹²⁹ Dona Salustina ainda que mãe do deflorador de Nair, não demonstra grandes preocupações, já que não seria ela a lidar com uma filha deflorada.

Em um desfecho parecido com a história de Clara dos Anjos, Nair continua vexada, com a promessa de casamento descumprida e com um filho no ventre. A diferença é que, após ouvir a resposta ríspida de Dona Salustina, a mãe de Nair ficou a pensar nas dores e misérias que lhes eram cometidas todos os dias e no dia seguinte, suicidou-se.

A partir disso, como conta Lima Barreto, “os jornais engravataram o acontecimento e contaram as causas do suicídio com todos os pormenores”¹³⁰. O literato ressalta ainda que esses jornais não se deixaram ficar somente na notícia do suicídio, pois se preocuparam também em organizar toda a rede de mentiras, falsas promessas e proezas com que Cassi havia cercado a “pobre e ingênua vítima”¹³¹. Entretanto, assim como se livrara de outros delitos, o rapaz foi refugiado para a casa de um tio a mando de sua mãe, até que a situação fosse colocada em panos quentes.

Sendo assim, apesar da intenção febril do autor de *Clara dos Anjos* em narrar por meio de seus personagens “todos os aspectos da sociedade republicana: suas mazelas, seus vícios e o seu divórcio dos interesses populares”¹³², é necessário salientar que Lima Barreto também reproduz estereótipos acerca da maternidade, diante do modo como apresenta as figuras maternas do romance como condenadas pela educação de seus filhos.

Assim como reforça Sandra C. Moreira, para a sociedade brasileira em processo de modernização, era dever social da mulher/mãe formar novas gerações de cidadãos conscientes e ordeiros. A maternidade era, então, compreendida como uma tarefa de formação contínua que estabeleceria fundamentos sólidos de moralidade para a família¹³³. Visto isso, embora exista na narrativa de *Clara dos Anjos* o personagem de Cassi Jones como sedutor e deflorador que descumpra com os princípios morais e higiênicos, e ainda que em Dona Salustina sejam evidenciados os preconceitos raciais recorrentes naquele período, Lima Barreto parece levantar que a culpa das “leviandades” do rapaz, está apenas na deficiência de instrução que recebera de sua mãe.

¹²⁹ BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 93.

¹³⁰ Ibid. pp. 94.

¹³¹ Ibid. pp. 96.

¹³² GILENO, Carlos Henrique. *Clara dos Anjos: Uma reflexão sobre o status de mulata no Brasil do início do século XX*. Ciência & Trópico, v. 29, n. 1, 2001. pp. 127.

¹³³ MOREIRA, Sandra C. *A Maternidade na segunda metade do século XIX: sua idealização na imprensa escrita e suas possibilidades de concretude social*. Métis: história e cultura, v.2, n.2, p. 285-206, jul/dez. 2002. pp. 291.

Para complexificar esse universo no qual o literato escreve, é produtivo fazer ainda um cruzamento da história ficcional de Cassi Jones com a notícia do “quase” médico Cândido Barroso do Amaral, publicada na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, no dia 26 de agosto de 1889. Cândido aparece na seção do “Tribunal do Jury” por uma denúncia de crime de *defloramento* que ele havia cometido e estava prestes a ser julgado. Assim diz a notícia:

Deve comparecer hoje ante esse tribunal e ser por ele julgado um estudante de medicina, que em breves meses receberá o valioso grau de doutor. Por força do título científico a adquirir, vai esse moço em época próxima, ter entrada e devassar até segredos de famílias; pois bem, *para que o seu título leve em si registrados todos os seus esforços acadêmicos*, pois bem é o que lancemos sobre ele o que praticou no seio de desventurada família: - crime de defloramento.

Apregoam os que o cercam *que a absolvição será unanime*, que a sua saída do tribunal será seguida de prolongada salva de palmas; *que as vozes que durante a sessão se levantarem para a narração d’esse negro crime, serão abafadas por apupadas e vaias estrondosas*.

Nada disso porém, abalará como estamos convencidos, o animo sereno, o espírito refletido dos juizes, muitos dos quais, se não todos, nesse momento se lembrarão, por certo, de suas inocentes filhas ou irmãs estremecidas.

*O tribunal do jury pesará devidamente a causa que lhe vai ser submetida, sem o menor receio do que faz apregoar o seu protagonista Candido Barroso do Amaral!*¹³⁴

A publicação não apresenta informações sobre a ofendida, tampouco sobre a família dela ou até mesmo de Cândido, somente o fato de ele ser quase médico. Entretanto, o interessante a ser articulado aqui é como a notícia se posiciona em tom irônico a respeito de como Cândido, ainda que denunciado e prestes a ser julgado, poderia ser absolvido. A publicação parece ressaltar que a despeito disso, a justiça seria “implacável”, pois, apesar das vaias dos que acreditavam na absolvição, os juizes se lembrariam “de suas inocentes filhas ou estremecidas”. Porém, segundo a notícia do dia 28 do mesmo mês e ano, Cândido foi afiançado antes mesmo do julgamento que passaria a ser realizado no dia seguinte “se houvesse tempo”. Ao final das contas, houve tempo e Cândido foi de fato absolvido.¹³⁵

¹³⁴ *Gazeta de Notícias* (RJ). 26/08/1889. pp.3. [Grifo meu]

¹³⁵ *Gazeta de Notícias* (RJ). 28/08/1889. pp.3.

Segundo o que versa Martha Abreu, nos processos-crime sobre casos de *defloramento* no Rio de Janeiro no início do século XX, muitas vezes não era mencionado um grande número de informações dos homens como agravantes ou atenuantes. Era, inclusive, recomendado aos juízes que ponderassem sobre a fortuna ou até mesmo situação social do réu em contraste com a ofendida, pelo risco da possibilidade de extorsão ou chantagem por meio das mulheres que eram então, vítimas e suspeitas ao mesmo tempo, porque “por serem pobres, já estavam pervertidas”.¹³⁶

Desse modo, a hipótese aqui levantada é a de que as notícias de algumas moças defloradas, publicadas diariamente nos jornais, estavam presentes nas histórias de Nair e Clara. Dispondo-se de todas essas questões supracitadas, Lima Barreto possivelmente acompanhou assiduamente não só como jornalista, mas como leitor e, a partir disso, pôde acrescentar ao arcabouço de seus escritos, as construções sociais que partiam da publicação recorrente de acontecimentos como estes.

De acordo com Martha Abreu, a situação piorava ainda mais para mulheres de cor, porque a maior proporção de processos era tida como improcedente, quando as ofendidas eram pretas, em seguida pardas e, por último, brancas. Nos casos procedentes, acontece o inverso, maior proporção de brancas, em seguida de pardas e, por último, pretas. Com base nisso, a autora constata a dificuldade de jovens pobres e racializadas de conseguir algum benefício ao procurarem a Justiça por crime sexual¹³⁷.

Ou seja, “quanto mais distante da elite em termos de “cor”, mais as moças pobres deveriam sentir-se discriminadas e marginalizadas pela Justiça, mais difícil seria provar sua honestidade e, conseqüentemente, a culpa do acusado”.¹³⁸ E é por meio da família de Cassi que o literato não deixa escapar essas complexas variações de hierarquia.

De forma mais acentuada em Dona Salustina, Lima deixa mais explícito suas denúncias contra as estruturas sociais e raciais que ainda se arrastavam pelo Brasil daquele momento, especialmente ao se referir às moças de cor defloradas por Cassi. Esse é um dos motivos para a importância da mãe do rapaz para a análise desse trabalho.

Dona Salustina – em contraste com Dona Engracia, mãe de Clara dos Anjos, que segundo o literato, não tinha capacidade para tomar iniciativas emergenciais e deixava tudo como responsabilidade do marido – exerce um papel diferente ao intervir e direcionar as

¹³⁶ DE ABREU ESTEVES, Martha. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Paz e Terra, 1989. pp.77.

¹³⁷ Ibid. pp.75.

¹³⁸ Ibid. pp.111.

decisões e deliberações do pai de Cassi, em detrimento das vontades dela, se portando como a detentora do poder de tutela da família.

Ainda que de maneiras diferentes, as mães da narrativa fazem parte de um modelo de maternidade defendido pelos ideais republicanos. Partindo disso, elas não pensam tão diferente entre si no que diz respeito a cuidar de sua família, a diferença está em uma delas ter um filho homem. Dessa forma, o autor de *Clara dos Anjos* apresenta, por meio dessas figuras maternas, que a casa era o ambiente das mulheres (nesse caso, o lugar de suas filhas) e o lugar da rua era para os homens, maridos ou filhos.

Lima Barreto escreve que Manuel Barros de Azevedo reprovava e muito as atitudes e malfeitorias do filho, no entanto, era sempre conduzido pela esposa a tomar medidas mais leves para a correção do filho. Nas palavras do autor de *Clara*, Manuel, apesar de ser descrito como um homem de muita seriedade e de sentimentos morais, era facilmente convencido por Dona Salustina a poupar o filho principalmente porque ela se recusava a aceitar que o filho se casasse com uma mulher negra e pobre, ou até mesmo com uma moça branca, mas analfabeta.¹³⁹ E por meio disso, mais uma vez o literato reforça a concepção da época de que as mulheres/mães eram as únicas culpadas pela “má educação” de seus filhos.

Segundo Carlos Henrique Gileno, em *Clara dos Anjos*, o autor busca denunciar os estigmas acerca do “mestiço” na sociedade brasileira da época em que ele vivia e que também ele era alvo direto. Dito isso, Lima Barreto não traz a história de Clara como uma “tragédia individual”, mas expõe a situação de extrema inferioridade e marginalização que os caminhos de controle sexual impunham às pessoas de mesma origem que ela¹⁴⁰.

O literato, por meio de sua elaboração e descrição afiada dessas marcações de classe, cor, gênero e origem, não deixa passar o seu ressentimento sobre a conduta dos “rapazes brancos” que aparecem, pois, como defloradores profissionais e se utilizavam de sua melhor posição para corromper meninas pobres (de maneira geral, negras ou “mulatas”). O que é possível perceber quando Lima Barreto caracteriza Cassi como um rapaz que possuía uma “estupidez congênita”, que era um criminoso nato, egoísta de perversidade inata, “o tipo mais completo de vagabundo doméstico”.

Diante disso, Lima Barreto parece expor (na descrição de um personagem de sua ficção) os modelos do determinismo racial, hereditário e biológico que provinha de discursos

¹³⁹ BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 87.

¹⁴⁰ Ibid. pp. 133.

fortes naquele momento. Assim como aponta Lília Shwarcz, ainda que desacreditasse de tais teorias, o literato não se esquivou ao utilizá-las na construção da figura de seu vilão que carregava tais “taras inatas”.¹⁴¹

Mas, certamente, não é por “falta de caráter” o motivo dos atos “infames” de Cassi e o próprio autor demonstra que essa questão é mais complexa. Como apresenta Carlos Henrique Gileno, o literato “procura caracterizar nesse personagem – ainda que de maneira violenta e caricatural – uma noção que está fortemente arraigada em nossa sociedade”¹⁴².

Lima Barreto salienta que, seja por um motivo ou outro, o certo é que não havia em Cassi Jones qualquer “neurose” ou “psicopatia” que fosse. O rapaz

não cedia a impulsos de doença; fazia tudo muito calculadamente e com todo o vagar. Muito estúpido para tudo o mais, entretanto, ele traçava os planos de sedução e desonra com habilidade. [...] Escolhia bem a vítima, simulava amor, escrevia detestavelmente cartas longorosas, fingia sofrer, empregava, enfim, todo o arsenal do amor antigo, que impressiona tanto a fraqueza do coração das pobres moças daquelas paragens, nas quais a pobreza, a estreiteza da inteligência e a reduzida instrução concentraram a esperança de felicidade num Amor, num grande e terno Amor, na Paixão correspondida.¹⁴³

A partir dessa perspectiva, assim como foi analisado no capítulo anterior, é possível identificar que Lima Barreto está falando daquelas mesmas moças pobres que assim como Clara dos Anjos, supostamente desconheciam as “crueldades do mundo” perante as suas condições e origem, portanto, seriam facilmente enganadas pelos “malandros” sedutores. Bem como afirma no romance, o defensor de uma das possíveis ‘vítimas’ do ‘algoz’: “Nos subúrbios todos conhecem as suas habilidades, senhor Cassi Jones”.¹⁴⁴

Diante do que foi apresentado até aqui, se faz necessário ressaltar que, apesar de construir o modelo de suas personagens, de alguma maneira, pairando pelo dualismo entre vilão e vítima, Lima Barreto não busca pintar um retrato da sociedade em que estava presente, o literato parece querer discutir uma questão e para isso, faz essa escolha de narração. Desse modo, a narrativa almeja evidenciar os estigmas continuados após a abolição

¹⁴¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **Lima Barreto – Triste Visionário**. Editora Companhia das Letras, 2017. pp. 413.

¹⁴² GILENO, Carlos Henrique. **Clara dos Anjos: Uma reflexão sobre o status de mulata no Brasil do início do século XX**. Ciência & Trópico, v. 29, n. 1, 2001. pp. 141.

¹⁴³ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 110.

¹⁴⁴ Ibid. pp. 100.

da escravidão, ainda muito latentes na sociedade brasileira daquele momento: a classe senhorial e sua herdeira menos rica reinventando modos de submissão.

Posto isto, é importante perceber que Lima Barreto não constrói a figura de Cassi Jones interessado em apresentar somente um algoz vilão nato, ou até mesmo mulheres que supostamente seriam vítimas implacáveis do rapaz. O autor parece interessado em fazer toda essa apresentação detalhista porque, para além de reforçar estereótipos de gênero, classe e cor, mostra como essas estruturas isentavam homens que (como Cassi Jones e Cândido Barroso do Amaral) sentiam-se “acobertados” pela sociedade ao seduzir mulheres de condições sociais e raciais tidas como “inferiores”. E por mais esse ângulo, expõe como o racismo do passado se reinscrevia naquele presente.

2.2 – “O subúrbio é o refúgio dos infelizes” – nas sombras de Todos os Santos, o Brasil real.

Para além de ter os subúrbios do bairro de Todos os Santos como plano de fundo do romance, Lima Barreto torna este espaço um de seus personagens principais apresentando um universo social mais baixo. Isto ele realiza com o intuito de, mais uma vez, delatar a subjugação experimentada por parte da população atingida por sistemas distintos de dominações e hierarquias. Para o autor de *Clara*, num intrincado labirinto de ruas e bibocas,

*o subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá; e todos os dias, bem cedo, lá descem à procura de amigos fiéis que os amparem, que lhes deem alguma coisa, para o sustento dos filhos.*¹⁴⁵

Os subúrbios abrigam histórias que poderiam fazer parte da realidade vivida pelo autor e observador atento daquele contexto. Mas para além da literatura de Lima Barreto, fornecer uma expectativa do que poderia vir a ser real e posto como concreto, o literato se ocupa em oferecer uma gama de múltiplas possibilidades, produto de situações de carências e privações situadas naquele âmbito social. Segundo Lília Schwarcz, no trajeto diário que Lima Barreto fazia de trem,

¹⁴⁵ BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 188. [grifo meu]

era o subúrbio que o enternecia, principalmente aquele marcado pela desatenção do Estado, por práticas mistas de arquitetura, de região e de sociabilidade. Sua vizinhança em Todos os Santos é, assim, simultaneamente, sua condição limite. É uma sombra onipresente, afetiva, da qual ele também quer se livrar. [...] e é lá que o amanuense se encontra com um destino que, quem sabe, não queria como seu.¹⁴⁶

Schwarcz aponta ainda que, *Clara dos Anjos* em qualquer uma de suas versões foi o trabalho de Lima Barreto “mais voltado para as especificidades dos subúrbios e também o mais preocupado em delimitar as divisões espaciais e simbólicas que por lá se estabeleciam – com fronteiras criadas internamente a partir da cor”.¹⁴⁷ A historiadora indica também que, “no caso do escritor, os subúrbios eram quase que uma estratégia discursiva; uma maneira de construir um projeto literário alternativo a partir de um ambiente que ele denominava e experimentava”.¹⁴⁸

Lima Barreto morava em Todos os Santos e de lá percorria rotineiramente a linha férrea da Central do Brasil até a praça da República, onde trabalhava na Secretaria de Guerra como amanuense¹⁴⁹. Durante o trajeto por esta linha férrea, o escritor provavelmente observava os outros passageiros, a arquitetura, os vários bairros e estações pelo caminho, os vizinhos, a “aristocracia suburbana”, os bares, botequins, funcionários públicos como ele, estudantes, operários, andarilhos, os “humilhados”, os rapazes e as moças. E a partir dessa observação, assinalava as diferenças sociais que delimitavam classe, raça, gênero, região e singularidades que ficavam ainda mais evidentes, quando comparadas com a população do centro¹⁵⁰.

Diante disso, mais uma vez é produtivo observar por meio de Cassi Jones, como o literato apresenta esse ambiente da “rua” a partir das andanças do personagem. O escritor elucida que Cassi Jones não se sentia seguro na “cidade” (centro), pois era fora do limite “seguro” dos subúrbios próximos a estação ferroviária do Méier, onde o rapaz morava. Ali, a capital o engolia, pois estava distante do mundo que dominava, fazia com que o moço se sentisse desconfortável no meio de tanta gente que o fazia se sentir “insignificante”.

¹⁴⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto – Triste Visionário**. Editora Companhia das Letras, 2017. pp. 187.

¹⁴⁷ Ibid. pp. 411. - Aqui cabe frisar que a cor da pele é colocada como construção social e como forma de diferenciar grupos de maneira hierárquica e comparativa.

¹⁴⁸ Ibid. pp. 166.

¹⁴⁹ Amanuense, copista, ou escrevente é um funcionário de repartição pública que escreve documentos à mão, faz cópias, transcreve documentos e cuida de correspondências.

¹⁵⁰ Ibid. pp. 163.

Segundo o autor de *Clara*, Cassi não tinha a capacidade de ler um livro sequer, não sabia pedir comida ou bebida com nomes estrangeiros nos restaurantes. Ainda que tentasse suas táticas de sedução, embora naquele lugar onde ninguém conhecia suas façanhas, o rapaz conseguia perceber a distância entre si mesmo e as moças do centro consideradas por ele como princesas e rainhas¹⁵¹. Isso porque diferentemente das moças suburbanas supostamente “mal instruídas”, aquelas “princesas” não caíam no canto das “modinhas lânguidas e melancólicas”¹⁵².

Lima Barreto delinea, assim, as diferenças sociais e preconceitos morais perpassados entre centro e subúrbios. Como Cassi Jones, muitos indivíduos que eram populares nos subúrbios, e até gozavam de certo prestígio, mingravam no ambiente do centro da cidade onde não tinham reconhecimento algum.¹⁵³ Portanto, o literato revela a hierarquia e as ambivalências traçadas pelas fronteiras de classe e região.

Os problemas espaciais no Rio de Janeiro por onde percorre o autor e também os seus personagens, não eram novidade quando houve a transição de Corte à capital republicana no final do século XIX. Mas depois do novo regime instaurado, essa questão se agravou radicalmente. De acordo com o que Lília Schwarcz traz, o centro da cidade passou a representar o “grau zero” da capital, a partir disso, novas caracterizações foram criadas para definir outros espaços mais afastados do centro, mas ainda integrados a ele, como por exemplo os chamados “arrabaldes”.

Os subúrbios, no entanto, eram as regiões situadas “fora da cidade” e eram distribuídos “numa faixa estreita e contínua, que seguia para o lado oeste da cidade.”¹⁵⁴ A historiadora também apresenta que a pobreza e a miséria se mesclavam com regiões mais abastadas e ricas em todos os bairros do Rio, porém, de acordo com a noção construída pelo imaginário social, a provisoriedade e a falta de recursos estavam concentradas somente nos subúrbios.

¹⁵¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **Lima Barreto – Triste Visionário**. Editora Companhia das Letras, 2017. pp. 413.

¹⁵² BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 113.

¹⁵³ Ver: CARVALHO, Adriana Silva. **A leitura urbana de Lima Barreto em Clara dos Anjos**. Espaço e Cultura, UERJ. Rio de Janeiro, n° 25, p.7 -16. Jan/jun de 2009. pp. 14. - Adriana Silva Carvalho é geógrafa pela Universidade Federal Fluminense e, neste artigo, traz uma análise interessante para esse trabalho no que diz respeito a maneira que Lima Barreto aborda seu entendimento sobre espacialidade, tempo e conflitos que envolvem o cotidiano urbano da cidade do Rio de Janeiro em transição para o século XX.

¹⁵⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. **Lima Barreto – Triste Visionário**. Editora Companhia das Letras, 2017. pp. 167.

Em *Clara dos Anjos*, Lima Barreto não trepida em usar sua literatura para evidenciar a indignação com o abandono dessa região, e denuncia: “não há água, ou onde há, é ainda nos lugarejos do Distrito Federal, que o governo federal supre caridosamente com algumas bicas públicas; não há esgotos; não há médicos, não há farmácias”.¹⁵⁵ Afirma ainda que é nesse lugar “que vive grande parte da população da cidade, cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atrozes impostos”¹⁵⁶. As histórias que o autor conta acerca dos subúrbios, além de recorrentes, revelam a ambivalência do processo de modernização do Rio de Janeiro, com ganhos, porém com muitos sinais de decadência.¹⁵⁷

Essas reclamações também eram recorrentemente realizadas pela própria população por meio dos jornais. Na *Gazeta de Notícias*, em uma quarta-feira (7 de fevereiro de 1900), o problema é reivindicado na primeira página com o título de “A voz do povo”, onde o redator diz: “queixam-se, e com razão, os moradores da rua Piauhy, em Todos os Santos, da maneira que lhes é feita a distribuição de água. Somente das 9 horas da noite às 6 da manhã vêem elles correr o precioso liquido, e isso mesmo ás gottas [...]”. O periódico, assim como o literato, evidencia o pagamento de impostos injustos por serviços não recebidos, pois “justamente durante o dia quando a agua se torna mais precisa, elles, que pagam impostos, são obrigados a longas caminhadas para se abastecerem da quantidade necessária aos serviços domésticos”.¹⁵⁸

Um mês depois, em 7 de março de 1900, a *Gazeta de Notícias* publica novamente em “A voz do povo” que há 16 meses sem água, desde dezembro de 1898, alguns moradores foram obrigados a buscar o “precioso líquido” em baldes na casa de vizinhos mais distantes. O periódico ressalta ainda em tom de “comicidade”:

Parece historia da China ou de alguma outra região do interior da Africa, mas nos garantiram que se deu aqui entre nós, na estação do Meyer, á rua Moura... [...] reclamaram às autoridades locais, a todos os santos da terra e do céu, que lhes mandassem um pouco daquela agua pela qual pagaram sempre e regularmente o respectivo imposto! Mas até hoje ninguém deu pela cousa e os pobres moradores desesperados recorreram á imprensa.¹⁵⁹

¹⁵⁵ BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp.189.

¹⁵⁶ BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 185.

¹⁵⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto – Triste Visionário*. Editora Companhia das Letras, 2017. pp. 187.

¹⁵⁸ *Gazeta de Notícias* (RJ). 07/02/1900. pp.1

¹⁵⁹ *Gazeta de Notícias* (RJ). 07/03/1900. pp.2.

Dessa forma, um estudo dos subúrbios cariocas pode sugerir que a literatura de Lima Barreto “se constrói nesse espaço “entre”, ou da margem, e que escapa aos dois lados mais óbvios e opostos da moeda”¹⁶⁰. Sendo possível, de tal modo, levantar indícios sobre como era o convívio social das pessoas pobres e de cor nesse ambiente. Assim, ainda é necessário questionar: por meio do que é apresentado sobre os segmentos pobres nos subúrbios em detrimento do centro da cidade, de que maneira é possível observar a tendência do meio médico e jurídico de civilizar ou marginalizar os costumes e comportamentos dos populares?

Magali Engel mostra que, no que se referia às habitações desses populares, também havia uma grande preocupação dos médicos higienistas, já que além de apontadas como focos de doenças, eram consideradas “espaços da desordem social e moral, onde se confundiam trabalhadores, vagabundos e criminosos entre tênues fronteiras que aos olhos das autoridades públicas, tornavam as classes pobres indiferenciáveis das *classes perigosas*”¹⁶¹.

Sidney Chalhoub, por sua vez, apresenta que isso acontecia porque, no cerne dos debates parlamentares sobre a repressão da ociosidade e criminalidade na sociedade brasileira imediatamente após a abolição da escravidão, onde havia muitos trabalhadores agora “livres”, mantinha-se no imaginário social que “os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos”.¹⁶² Desse modo, a polícia agia “a partir do pressuposto da ‘suspeição generalizada’, da premissa que o cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário e, é lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros”¹⁶³, neste contexto, os negros recém libertos se tornam “suspeitos preferenciais”.

A população pobre se concentrava no centro da cidade e se distribuía em casas de cômodos, cortiços, becos e vielas. Outras casas tidas como “doentes” – justamente por abrigarem esses populares – obviamente também foram estabelecidas em lugares mais distantes como os subúrbios, que por si só já apresentavam perigo e ameaças. Com as reformas urbanas, muitos desses lugares, foram considerados não higiênicos e, portanto,

¹⁶⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto – Triste Visionário**. Editora Companhia das Letras, 2017. pp. 187.

¹⁶¹ ENGEL, Magali Gouveia. **Onde moram os pobres? Representações literárias das habitações populares (Rio de Janeiro, fins do XIX e inícios do XX)**. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 7, 2013, p. 89-103. pp. 94.

¹⁶² CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. Editora Companhia das Letras, 2006. pp. 22.

¹⁶³ Ibid. pp. 23.

reprimidos por movimentos que visavam normatizar o que era visto como comportamento desordeiro. Dessa maneira, se o centro do Rio se tornava cada vez mais urbano e modernizado, os populares e suas moradias novamente não seriam inclusos nos planos dos reformadores.

No que envolve situações de sedução de mulheres na obra de Lima Barreto, (o que também eram uma preocupação latente para os médicos e juristas) para além de denunciá-las, o autor parece aproveitar para incriminar o impacto que a violência doméstica produz na sociedade. Pois, conforme indica Martha Abreu, essa medida “peculiar” para lidar com as camadas populares também poderia ser observada nos processos de *defloramento*, principalmente porque “moças pobres, e logo, desonestas – já que devido à classe social, imediatamente cairiam nessa suspeição – “não mereciam ser protegidas, precisavam ser afastadas do mundo da moral”¹⁶⁴. Pensando em todos esses preconceitos morais, ser negra – naturalmente mais afeita aos contatos sexuais –, também estava associado diretamente, todos esses pontos eram situados no espaço real e simbólico da pobreza.¹⁶⁵

Assim, as casas “promíscuas”, situadas no caminho do progresso, deveriam ser demolidas e seus habitantes removidos, mas removidos para onde? Especialmente no que diz respeito às mulheres defloradas, de que modo o romance apresenta os caminhos de controle, sobretudo sexual, utilizados pelos reformadores da época? Quais lugares eram destinados às moças que fugiam dessas normas de controle?

2.3 – “Os deserdados de tudo deste mundo” – qual o lugar das mulheres defloradas?

Na visão dos juristas e reformadores, acreditava-se que era essencial para seguir o caminho da civilização, uma legislação eficiente que garantisse, acima de tudo, o respeito à honra da mulher e à moralidade da família. Não é difícil imaginar que essa garantia seria alcançada, sobretudo, por meio de uma jurisprudência orientada a melhor punir tudo aquilo que não cabia nos moldes dessas normas.

No que diz respeito às infrações sexuais, era necessário um controle aos comportamentos amorosos e sexuais dos populares, sendo de maneira mais incisiva e vigilante com as

¹⁶⁴ DE ABREU ESTEVES, Martha. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Paz e Terra, 1989. pp.72.

¹⁶⁵ Idem.

mulheres. Para a garantia de um comportamento honesto, foram estabelecidos espaços morais e imorais, determinados como privado e público, respectivamente.

A verdade é que, como foi trabalhado no capítulo anterior, isso era parte de um projeto de organização pensado para mulheres da elite, já que, idealizava-se para elas o hábito de não sair só, e quando saísse, seria em determinadas horas e para determinados locais. E a ‘rua’ seria então, um espaço vicioso e por isso, pouco visitado por mulheres higienizadas, que permaneceriam no cuidado e segurança de seus lares. Porém, como cita Martha Abreu, “*esquecia-se* de que se incluía dentre as condições de sobrevivência da mulher pobre, o fato incontestante de a rua ser também seu local de trabalho”.¹⁶⁶

Lima Barreto traz essa questão para a narrativa ao apresentar Inês, uma personagem que evidencia também o preconceito de que as mulheres de cor estariam afeitas a comportamentos sensuais e que serviam, entre outras coisas para satisfazer o apetite sexual do patrão ou do filho deste.¹⁶⁷ A moça havia sido enviada para a casa da mãe de Cassi Jones como criada, para que realizasse as atividades e afazeres da casa. Inês é uma moça negra, que foi seduzida e deflorada por Cassi: “Era a sua primeira vítima, que sua mãe, sem nenhuma consideração, tinha expulsado de casa em adiantado estado de gravidez.”¹⁶⁸

Inês aparece na narrativa por duas únicas vezes. O literato a apresenta, inicialmente, para contextualizar o histórico de imoralidades de Cassi Jones, já conhecido por seduzir muitas mulheres. E depois, de maneira estratégica, imediatamente após o *defloramento* de Clara, quando o seu deflorador foge para a “cidade” e encontra Inês descabelada e com as roupas enlameadas, eventualmente em um lugar que Lima Barreto descreve como uma “cidade a parte, onde se iam refugiar homens e mulheres que haviam caído na mais baixa degradação e jaziam no *último degrau da sociedade*”.¹⁶⁹

Segundo o autor,

as mulheres que ali viviam, haviam caído irremissivelmente na última degradação. Sujas, cabelos por pentear, descalças, umas, de chinelos e tamancos, outras. Todas metiam mais pena que desejo. Como em toda e qualquer seção da nossa sociedade, aquele agrupamento de miseráveis era bem um

¹⁶⁶ DE ABREU ESTEVES, Martha. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Paz e Terra, 1989. pp.47. [grifo meu]

¹⁶⁷VASCONCELLOS, Eliane. **Entre a Agulha e a Caneta. A mulher na obra de Lima Barreto**. Editora Nova Aguilar. S.A. Rio de Janeiro. 1999. p.170.

¹⁶⁸ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp.262. [grifo meu]

¹⁶⁹ Ibid. pp. 261.

índice dela. Havia negras, brancas, mulatas, caboclas, todas noveladas pelo mesmo relaxamento e pelo seu triste fado.¹⁷⁰

Desse modo, para a mulher pobre e de cor – que é tida como propensa a seduzir a tudo e todos – as razões da desonra se explicavam por elas mesmas, e a partir disso, deixa escapar mais uma vez o fatalismo ao qual a sociedade associava a população negra e pobre, que nessas circunstâncias, parece já nascer marginalizada.

Nesse contexto, não seria difícil vislumbrar que esse também seria o destino de Clara, reservado e anunciado por Lima Barreto, após ser deflorada “desonrada, vexada diante de todos, com aquela nódoa indelével de vida”.¹⁷¹ Esse é o lugar da desonra determinado pelo literato no qual as mulheres defloradas passariam a frequentar, onde se escondiam na sua miséria, na “sua infinita infelicidade de *deserdados de tudo deste mundo*”.¹⁷²

De acordo com Eliane Vasconcellos, a rua determinava um lugar de domínio público e, portanto, não era um lugar para as mulheres brancas da elite. Assim, desde os códigos sociais do século XIX, era o lugar das mulheres escravizadas, das prostitutas e das mulheres pobres. Portanto, “A rua simbolizava o lugar do ganho e da sobrevivência. Espaço especificamente masculino. Elas, ao ingressarem nesse campo interdito, eram alvo de *desdém*”.¹⁷³

De tal modo, fica evidente que os ambientes públicos eram considerados como lugares de degradação para os corpos femininos, ainda que frequentados para o sustento. De acordo com que foi apresentado até então, a ‘rua’ – tida aqui como qualquer ambiente fora da própria casa – faz parte de um “meio vicioso” que supostamente degradaria a honra e por isso deveria ser evitado.

Dessa maneira, as mulheres pobres e de cor na obra de Lima Barreto parecem estar confinadas em seus lares nos subúrbios ou na prostituição das ruas da “cidade”. Caso perdessem a honra para permanecer em seus lares moderados, lhes restavam o caminho das ruas da cidade, como se não houvesse outros lugares a serem ocupados ou outros destinos a serem trilhados.

É certo que o romance, como o restante da obra de Lima Barreto, carrega o “trunfo” da denúncia. Mas é indispensável considerar que, principalmente com relação ao problema

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp.282.

¹⁷² Ibid. pp.261 [grifo meu].

¹⁷³ VASCONCELLOS, Eliane. **Entre a Agulha e a Caneta. A mulher na obra de Lima Barreto**. Editora Nova Aguilar. S.A. Rio de Janeiro. 1999. p.166

da marginalização de mulheres pobres, pardas e negras, o autor indica uma visão fatalista que a sociedade tem das moças racializadas quase como prisioneiras de um destino já traçado.

CAPÍTULO III – Que perigo há de existir de portas adentro? – do ambiente privado ao defloramento.

- Mamãe! Mamãe!

- Que é minha filha?

- Nós não somos nada nesta vida.

– Lima Barreto. *Clara dos Anjos*.

3.1– O Recolhimento de Santa Rita de Cássia – seguro e moral para quem?

No dia 20 de setembro de 1894, foi publicado na primeira página da *Gazeta de Notícias* um pedido de contribuição oficial para que o estado do Rio de Janeiro colocasse no orçamento, o “Recolhimento Santa Rita de Cassia”, um modesto orfanato para meninas pobres fundado e dirigido por Basílio de Moraes, homem branco de 45 anos, em 13 de novembro de 1892. No ofício, o diretor dizia estar certo de que a instituição era “moralizadora e benéfica”¹⁷⁴ e contribuía “para a manutenção da ordem e da moralidade públicas, servindo de amparo a essas que seriam talvez futuras vítimas dos vícios que tanto enfeiam as sociedades cultas”.¹⁷⁵

O orfanato, de acordo com o que mostra as copiosas notícias no jornal, mobilizava parte da atenção da comunidade fluminense que realizava constantes doações e organizava eventos para arrecadar fundos à instituição, que de acordo com as palavras da redação do periódico, estava destinado a “uma parte da camada infantil, que vive por esta grande cidade abandonada, entregue a toda sorte de vícios e de contagios infamantes”.¹⁷⁶ Mas para se fazer necessários tais ressalvas a respeito do serviço prestado pelo orfanato, é importante compreender como instituições de amparo e abrigo para crianças caminharam ao longo do tempo e quais as significações para o período.

Não é o propósito deste capítulo se demorar no debate sobre as questões próprias dos saberes a respeito do objetivo da fundação e da institucionalização dos locais de amparo à infância desvalida. Pretende-se, no entanto, discutir as contradições existentes no universo privado que ao mesmo tempo em que supostamente ampara, moraliza, educa e protege

¹⁷⁴ *Gazeta de Notícias*. 20/09/1894. Ed. 00252. pp. 1.

¹⁷⁵ *Idem*.

¹⁷⁶ *Gazeta de Notícias*. 10/12/1896. Ed. 00355. pp. 2.

mulheres, também é palco para o controle e para inúmeras violências contra elas, especialmente nos casos de *defloramento* de meninas pobres.

Levando isso em consideração, de acordo com a investigação da pedagoga Gilda Rizzo, orfanatos e asilos foram criados para assistir crianças órfãs de pai e mãe, filhos e filhas de viúvas que precisavam sair para trabalhar e até para mães solo que queriam esconder do restante da população a gravidez indesejada, visto que ser “mãe solteira” era tido como vergonhoso perante a sociedade.¹⁷⁷

Em *História social da criança abandonada*, de acordo com o que analisa Maria Luíza Marcílio, devido a instauração da República na virada do século XVIII para o XIX, com o aumento de crianças abandonadas e do que chamavam de “problema da infância” – que referia-se a elevada mortalidade infantil – surgiu o que era chamado de “Roda dos Expostos”¹⁷⁸, um mecanismo utilizado pelas instituições para receber de forma mais facilitada e dar assistência aos pequenos enjeitados, sem que houvesse contato com quem os deixasse. E tinham como finalidade, evitar ou minimizar o impacto das práticas de aborto e infanticídio, consideradas impiedosas.¹⁷⁹

Marcílio ainda sugere uma grade de análise para a história da institucionalização da assistência à infância desvalida no Brasil que se divide em três fases: caritativa, filantrópica e de bem-estar social, ambas expressam a crescente intervenção do Estado. A primeira que durou até meados do século XIX, predominavam ações movidas pela piedade e caridade, sobretudo cristã. Na segunda, presente até meados de 1960, foi marcada pela preocupação com a saúde das crianças e pelo desenvolvimento de práticas baseadas nos princípios da higiene com a participação gradativa do poder público. A última, para Marcílio, foi marcada pela atuação de “médicos-filantropos” que instituiu um novo padrão de assistência, combinada pela intervenção pública, filantropia e ciência.

Por meio das mobilizações para modernização do país que caminhava a curtos passos para os ideais de progresso, surgiu a necessidade de um replanejamento enquanto política de

¹⁷⁷ RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000. pp. 49.

¹⁷⁸ “Roda dos Expostos” ou “Roda dos Enjeitados” era um artefato em forma cilíndrica e oca, com uma abertura em uma das faces. Ele era alocado na parede ou muro das instituições que atendiam crianças abandonadas de forma que era possível movê-lo girando. Desse modo, uma parte ficava para o lado da rua e outra, para o lado de dentro da instituição, impedindo que os dois lados pudessem estabelecer contato visual. A criança abandonada era deixada do lado externo, na abertura do mecanismo e ao ser girada para dentro da instituição, havia um sino que funcionava como campainha para avisar que havia uma criança sendo deixada. Ver mais em: MARCÍLIO, Maria Luíza. **História social da criança abandonada**. São Paulo. Hucitec, 1998.

¹⁷⁹ Ver mais em: MARCÍLIO, Maria Luíza. **História social da criança abandonada**. São Paulo. Hucitec, 1998.

disciplina e ordenação dos espaços, que não ocorria somente no espaço urbano, mas também determinava um código de costumes e postura para regular e controlar a vida social dos cidadãos também no espaço privado.¹⁸⁰

Esse contexto de reordenações, de acordo com o que versam Adriene S. F. Pimenta e Maria do Perpétuo, foi marcado pela continuação da criação de vários espaços para abrigar pessoas desamparadas como mendigos e órfãos. Segundo a pesquisa das historiadoras, “o objetivo da criação dessas instituições era o de ‘limpar’ as vias públicas, retirando de circulação as pessoas desvalidas que, de certa forma, ‘incomodavam’ a elite que ali se firmava”.¹⁸¹

Nesse mesmo período de corrida para o progresso, os lugares destinados aos cuidados de crianças órfãs além de abriga-las, passaram a educa-las para algum tipo de ofício e, no caso das meninas, para serem boas esposas e mães, ou para desempenharem algum tipo de trabalho, desde que doméstico.¹⁸² Pimenta e Perpétuo abordam também que, no país “a criação de abrigos para crianças estava ligada à filantropia” e grande parte deles, estavam associadas à mentalidade de que a assistência às crianças mais necessitadas, também era uma responsabilidade pública.¹⁸³ Desse modo, é possível perceber que ao longo dos anos, essas instituições foram tomando novas configurações.

É plausível analisar esse cenário ainda no mesmo ofício publicado pela *Gazeta de Notícias* no dia 20 de setembro de 1894, em que Basílio de Moraes busca enfatizar os bons serviços prestados pelo Recolhimento para legitimar o pedido de contribuição:

Parecer-me-hia desnecessário chamar a vossa atenção para os serviços que ao bem publico presta o Recolhimento, se porventura vossos trabalhos não fossem como são – enormes, e não vos occupassem tão detidamente. Mas, attendendo a isto, tomo a liberdade de lembrar-vos que o Recolhimento de Santa Rita de Cassia (sito á rua Santa Alexandrina n. 47), é difficilmente mau-tido por uma associação de philantropos e pela caridade pública, não deixando todavia de alimentar, vestir e dar instrução litteraria e profissional a 20 meninas pobres.¹⁸⁴

¹⁸⁰ Ver mais sobre essa discussão em: FRANÇA, Maria do Perpétuo S. G. Avelino de, PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. **Educação de meninas órfãs na concepção do intendente Antônio Lemos em Belém do Pará (1900– 1906)**. Revista HISTEDBR On-Line, v. 13, n. 49, p. 334-349, 2013.

¹⁸¹ FRANÇA, Maria do Perpétuo S. G. Avelino de, PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. **Educação de meninas órfãs na concepção do intendente Antônio Lemos em Belém do Pará (1900– 1906)**. Revista HISTEDBR On-Line, v. 13, n. 49, p. 334-349, 2013. pp. 338.

¹⁸² Ibid. pp. 339.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Gazeta de Notícias. 20/09/1894. Ed. 00252. pp. 1.

A historiadora Maria Luiza Marcílio também fomenta que as discussões acerca do cuidado com a infância desvalida estarem ligadas à essa concepção do filantropismo, sustentava-se no argumento de que era preciso investir na educação e na disciplina das crianças para que não fossem corrompidas e, por isso, se tornarem cidadãos úteis para a sociedade e para a pátria.¹⁸⁵ Dessa forma, o Estado apostava nos recolhimentos, orfanatos e asilos, e na institucionalização da caridade como projeto político de proteção, disciplinamento e assistência à infância pobre.

O percurso percorrido até aqui permite vislumbrar alguns questionamentos importantes a serem analisados adiante neste capítulo: De que forma, os caminhos de disciplina adotados pelos recolhimentos contribuíam para a delimitação dos espaços femininos socialmente aceitáveis? Como essas estruturas de controle protegem ou não as mulheres pobres?

As disputas intelectuais do período, as formas de idealizar e praticar a educação feminina por meio de códigos, sobretudo, patriarcais salientam uma gama de sentidos políticos intrínsecos à implantação de orfanatos para meninas, que oferecem um bom caminho para investigar tais questões.

Ainda ao analisar o ofício supracitado, é produtivo observar como “Recolhimento de Santa Rita de Cassia” ao prezar publicamente pela ordem e moralidade a partir do amparo e instrução às possíveis vítimas dos vícios da sociedade, também não foge dos discursos fomentados nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, de que quando se tratava da educação de meninas pobres, não era somente a honra e o exemplo de mulher ideal que importava. Também era preciso instruir e prepara-las para o mercado de trabalho, para serem úteis e produtivas na construção da tal nação ‘moderna’.¹⁸⁶

Diferentemente do que era perpetuado como suficiente para a atuação das mulheres de camadas mais ascendidas na sociedade: a formação como boas esposas e mães. Porém, mesmo que instruídas culturalmente no âmbito da literatura, música e moda, era visada uma educação moral sólida que reforçasse o papel delas no limite da vida doméstica.¹⁸⁷ Dessa maneira, ainda que fossem difundidos os ideais de progresso, modernização e regulações da

¹⁸⁵ Ver mais em: MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo. Hucitec, 1998.

¹⁸⁶ LIMA, Ana Cristina Pereira. **Meninas órfãs, irmãs vicentinas e profissionalização feminina no século XIX em Fortaleza (CE)**. Hist. R., Goiânia, v. 25, n. 2, p. 309-330, mai./ago.2020. pp. 314.

¹⁸⁷ Ver mais em: GONDRA, José Gonçalves & SCHULER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. pp.205.

cidadania, também era defendido um modelo em que as discrepâncias de gênero e classe eram constantemente reafirmadas.

Havia uma concepção popular de moral e honra para o período que conduzia as mulheres a evitarem a rua, posto que esse era tido como um espaço masculino para os códigos ideais. Somente a pobreza poderia fazer com que uma mulher agisse diferente disso. Assim como salienta Marcus de Carvalho, o lar “servia como metáfora para a pátria. A família, para o povo. No lar deveria imperar não só a honra, mas também a racionalidade, a higiene, o secularismo”¹⁸⁸. A rua, por vez, era “parte de um espaço que deveria ser reformulado dentro de uma retórica científica, racionalista [...].”¹⁸⁹.

Dessa forma, esse discurso contribuiria para o processo civilizatório que se buscava implementar dentro do ambiente doméstico, já que, como apresenta Sandra L. Graham, as categorias casa e rua, tidas sobretudo como fundamentais para a ordem da sociedade, realizavam um papel importante para essa delimitação de espaços permitidos e de comportamentos adequados para homens e mulheres. Sendo assim, as fronteiras entre privado e público – para além das de arquitetura doméstica – também adotavam de diversas formas, uma correlação entre casa e rua, e as diferenças de classe, gênero e raça.¹⁹⁰

Vale ressaltar que, como analisa Joana Maria Pedro, no cerne dessa concepção “há algo sedativo nos deveres que envolvem o lar. Ele garante segurança não apenas do mundo, mas de ilusões e enganos de todo tipo”.¹⁹¹ Convém destacar que a cooptação de mulheres a essa atmosfera doméstica, era destinada apenas a algumas mulheres, as das camadas em ascensão, ainda que a tal segurança não existisse de fato em todo lar pois, “inúmeras violências são praticadas no ‘doce lar’. Entretanto, esta imagem do círculo, da esfera separada, e de virtudes ligadas a ela, tornou-se uma figura de linguagem muito poderosa.”¹⁹²

Considerando o “Recolhimento de Santa Rita de Cássia” dentro dessa lógica que detém lugares privados como seguros para as mulheres, é interessante analisar que ainda que não fosse um lar propriamente dito – dentro das configurações previstas de pai, mãe e filhos – o orfanato parece possuir a preocupação de alcançar esses códigos e se coloca em um lugar de reparação da moral e reconstrução do ideal de família para as crianças desvalidas. Dessa

¹⁸⁸ DE CARVALHO, Marcus JM. **De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850**. Afro-Ásia, n. 30, p. 41-78, 2003. pp. 46

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. In. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Org. DA CUNHA, Olívia Maria Gomes; DOS SANTOS GOMES, Flávio. FGV Editora, 2007. pp. 24.

¹⁹¹ PEDRO, Joana Maria. **As mulheres e a separação das esferas**. Diálogos, v. 4, n. 1, p. 33-39, 2000. pp. 34.

¹⁹² Idem.

forma, o lugar social que as práticas do recolhimento tomaram para si no cuidado e disciplinamento das camadas mais pobres era de difícil desconstrução.

Pode-se analisar esse aspecto por meio de como Basílio de Moraes incrementa o seu discurso baseado em elucidar as benfeitorias realizadas pelo orfanato nesse aspecto, e como isso não era fomentado apenas por palavras dele, mas também pelo que era publicado nos periódicos. O próprio diretor destaca isso no pedido de contribuição:

“Esperamos, pois, que no projeto de orçamento que redigis, não deixareis esquecidas as vinte infelizes que esta modesta associação acolheu e mantém, como podereis verificar e deveis ter visto comprovado pela leitura dos jornais diários”¹⁹³.

Assim como mostra o jornal do dia 27 de janeiro de 1896, as páginas do periódico também possuíam espaço para divulgar os bendizeres que o diretor recebia pelo trabalho prestado:

Realisou-se hontem a assembléa geral ordinaria do Recolhimento de Santa Rita de Cassia, sendo approvadas as contas apresentadas pelo diretor-thesoueiro, e recebendo o Sr. Basílio de Moraes um voto de louvor da assembléa pelo muito que em pról d’este estabelecimento tem feito, nos cinco annos de sua gestão; foram mais approvadas a reforma dos estatutos ficando abolida a directoria composta de cinco membros, havendo somente um diretor e dezeseis consultores. Foi eleito director perpetuo e gerente-thesoueiro o Sr. Basilio de Moraes, em attenção a ter sido o fundador do recolhimento.¹⁹⁴

Em uma breve busca por “Recolhimento de Santa Rita de Cassia” na *Gazeta de Notícias*¹⁹⁵, é possível encontrar tais ‘comprovações’ em numerosas notícias entre 1892 e 1896¹⁹⁶, sobre recebimentos de doações em dinheiro ou suprimentos, pedidos de auxílio e até mesmo informações de positivos relatórios oficiais de higiene. Bem como publicado em 20 de fevereiro de 1894:

Ha pouco mais de uma anno foi fundado na rua Leopoldo n. 40 o recolhimento de Santa Rita de Cássia (ex-asylo D. Maria Mayrink), instituição destinada a educar meninas pertencentes á classe menos favorecida da fortuna. Em um dos primeiros dias do corrente mez foi este estabelecimento visitado pelo Sr. Dr. Gustavo de Sá, commissario de

¹⁹³ *Gazeta de Notícias*. 20/09/1894. Ed. 00252. pp. 1.

¹⁹⁴ *Gazeta de Notícias*. 27/01/1896. Ed. 00027. pp. 1.

¹⁹⁵ Essa pesquisa foi realizada por meio de mecanismo de busca por palavras-chave na Hemeroteca do site da Biblioteca Nacional Digital.

¹⁹⁶ Pelo menos 102 notícias, dentro do que o aparato de busca do site possibilitou acessar. O período em questão está associado ao tempo em que o Recolhimento Santa Rita de Cassia esteve sob direção de Basílio de Moraes.

higiene, que no relatório apresentado á directoria de hygiene, manifesta a agradável impressão que deixou em seu espirito a mesma visita. A lotação fixa é de vinte meninas. Apesar de dispor de poucos recursos para a sua manutenção, o recolhimento funciona regularmente. Incontestavelmente merece este estabelecimento todo o auxilio da parte do publico, para que se constitua um patrimonio, que garanta a sua sustentação e contribua para o seu engrandecimento.¹⁹⁷

No entanto, em 20 de dezembro de 1896, teve início uma série de notícias de cunho contrário, que a *Gazeta de Notícias* se dispôs em narrar com muitas delongas. Na publicação, o jornal divulga que depois de muitas denúncias por funcionamento precário, má direção e mau uso do orçamento, o edifício no qual funcionava o orfanato precisou ser inspecionado pelo magistrado responsável pela instituição. Segundo os representantes do periódico que acompanharam a inspeção do juiz Ataulfo de Paiva:

assistimos a todos os actos de informações meticulosamente pedidas por aquella autoridade, e sentimos que não seja possível, apesar na nossa vontade, dar a verdadeira impressão de horror que nos causou essa visita, feita a uma instituição que tínhamos o direito de acreditar devia ser o asylo da caridade e da orphandade.¹⁹⁸

A notícia, localizada na primeira página em uma sessão intitulada “Vergonhosa Especulação”, não foi poupada dos pormenores. Mas ainda assim, diversas vezes ao longo do texto a redação se prontifica a enfatizar que aquelas palavras não eram suficientes para descrever o malfadado estado em que a instituição se encontrava:

Pallida embora essa descripção, ella é bastante para testemunhar até que ponto pode ir a audacia criminosa de um homem, que iludindo um publico inteiro, não se dejou de passar por um philanthropo com o intuito unico de explorar a minoridade indigente, em proveito do seu bem estar e com o manifesto prejuizo de setenta crianças em má e desgraçada hora confiadas á sua infeliz guarda. [...] Sem ar, sem luz, ahi vivem aglomeradas as asyladas, em leitos immundos, com uma simples colcha vermelha como unica coberta, e cujos colchões do mais ordinario capim, já estão quase todos rolos, e n’esse capim é que passam as suas vigalias os cândidos corpos d’essas crianças, mãos talvez alçadas para os céos em busca dos pais que em má hora as trouxeram para o mundo.¹⁹⁹

¹⁹⁷ *Gazeta de Notícias*. 20/02/1894. Ed. 00051 (1). pp. 1.

¹⁹⁸ *Gazeta de Notícias*. 20/10/1896. Ed. 00355. pp. 2.

¹⁹⁹ *Idem*.

O caso foi julgado em longas audiências, narradas pelo periódico que noticiava descritivamente os depoimentos colhidos. Basílio de Moraes foi indiciado e interrogado, assim como as órfãs que ele abrigava e os funcionários que prestavam serviços no local também foram intimadas a depor. Até então, para um lugar que se colocava como seguro e responsável para prestar amparo e evitar que aquelas pobres meninas fossem possíveis ‘vítimas dos vícios da sociedade’, o estabelecimento não estava atendendo a tais expectativas. Mas como bem ressalta o jornal, “não param aqui os abusos”.²⁰⁰

Durante o depoimento das testemunhas, no dia 26 de dezembro de 1896, Catharina de Mello, que era regente e professora no Recolhimento, declarou que Basílio de Moraes costumava pedir muitos favores às asiladas e muitas vezes viu ele “chamar certas menores para coçarem-lhe os pés”²⁰¹. Além disso, a professora depôs que algumas meninas queixaram ter sido defloradas e costumavam passar grande parte da noite na companhia de Basílio, e por isso, é obrigada a concluir que foi ele o autor do defloramento dessas menores, visto que não existia outro homem no orfanato, além do diretor.²⁰² O jornal ainda esclareceu que, “durante o dia, a comissão de peritos continuou o exame medico das menores, e mais uma menina foi encontrada desvirginada”²⁰³, até então foram verificados 7 crimes desta natureza.

Embora fossem definidos e formulados os meios legais para lidar com os crimes de *defloramento*, a expressão por si só trazia mais problemas do que certezas no que dizia respeito às noções de virgindade física e/ou moral e conseqüentemente, a honestidade das moças envolvidas a serem comprovadas na hora do julgamento.²⁰⁴ Desse modo, como confiar na honra de uma órfã que não possuía alguém além dela mesma para confirmar sua honestidade ou provar que merecia ser protegida? No caso das órfãs do Recolhimento de Santa Rita de Cássia, nem a autoridade responsável – e próprio deflorador –, elas possuíam para recorrer.

Não é para tanto que o primeiro ato de Basílio de Moraes em sua própria defesa foi alegar que as menores já haviam chegado lá defloradas. Entretanto, após as órfãs serem submetidas a exames de corpo de delito e passar por longos interrogatórios, alguns meses de

²⁰⁰ Gazeta de Notícias. 20/10/1896. Ed. 00355. pp. 2.

²⁰¹ Gazeta de Notícias. 29/12/1896. Ed. 00364. pp 1.

²⁰² Idem.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Ver mais em: ABREU, Martha, CAULFIELD, Sueann. **Cinquenta anos de virgindade no Rio de Janeiro: as políticas de sexualidade no discurso jurídico e popular, 1890-1940.** Caderno Espaço Feminino, 1, 1995. pp. 15-52.

constate divulgação sobre os pormenores do caso na *Gazeta de Notícias*, o inquérito de Basílio de Moraes foi concluído ao declarar o então ex-diretor, como réu, sentenciado pelos crimes de estupro²⁰⁵ e *defloramento* de oito das meninas asiladas, todas menores de 16 anos. Assim sendo, ainda que o caso tenha gerado comoção tanto na imprensa como no aparato jurídico e por isso autuado rapidamente pelos responsáveis, pode-se concluir que para meninas pobres, essas, sobretudo órfãs, não existia esse lugar seguro no qual eram sempre impelidas a estar.

Além dos abusos denunciados e das miseráveis condições sanitárias de permanência no estabelecimento, também foi evidenciado no inquérito que as meninas ali abrigadas não recebiam os devidos tratamentos e eram expostas a situações de trabalho excessivo de manutenção, alimentação e limpeza, tendo que lavar roupas, engomar, cozinhar e servir. O trabalho segundo as depoentes, sempre foi uma constante no que dizia respeito às funções das asiladas no recolhimento, que informaram nunca ter tido uma aula sequer.²⁰⁶

Essas práticas se articulavam com a profissionalização de meninas ao mesmo tempo em que conversavam com os ideais e demandas urbanas de civilidade, que impunham novos comportamentos esperados e se expandiam para as roupas, para arrumação das casas e para as concepções de higiene. E isso por si só se constitui como um processo de afirmação de desigualdades.²⁰⁷

Nesse sentido, assim como ressalta Ana Cristina P. Lima, também estavam ajustadas “nos repertórios de segregação social próprios do século XIX: órfãs pobres, muitas delas pardas, preparadas para servir convenientemente às famílias ricas. Visto por esse ângulo, era um mecanismo de conservação da ordem social”²⁰⁸.

A hipótese aqui ponderada é que estaria solidificado no ambiente privado do Recolhimento uma mensagem tornada pública sobre o lugar social das órfãs: no campo da lógica do trabalho, a quem o trabalho era apresentado como condição inerente. O que de uma forma ou de outra, coloca o serviço doméstico disciplinado como um aparato de controle, paulatinamente transmitido pela imprensa e pela legislação.

²⁰⁵ O artigo 268 do Código Penal de 1890 prevê como crime estuprar mulher virgem ou não, mas honesta, praticado por meio da força ou violência. No entanto, de acordo com o artigo 272, presume-se como crime cometido com violência sempre que a ofendida for menor de 16 anos.

²⁰⁶ *Gazeta de Notícias*. 29/12/1896. Ed. 00364. pp 1.

²⁰⁷ LIMA, Ana Cristina Pereira. **Meninas órfãs, irmãs vicentinas e profissionalização feminina no século XIX em Fortaleza (CE)**. *Hist. R.*, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 309-330, mai./ago.2020. pp. 321.

²⁰⁸ *Ibid.* pp. 329.

3.2– Trabalho desde que doméstico, mas ainda assim, inseguro.

Esse processo de escolarização/profissionalização das atividades domésticas também é um ponto a ser ressaltado neste trabalho, porque demonstra ações diretas na normatização do emprego feminino. A concepção de profissionalizar meninas pobres correspondia dentre muitas motivações, ao combate à vadiagem, à internalização da disciplina e do tempo produtivo, “bem como aos ideais de condicionamento social” frente aos novos ideais que marcaram as estruturas políticas e públicas do Brasil durante o período.²⁰⁹

Ao longo do tempo, uma série de estruturas culturais e sociais foi concebida no que diz respeito ao trabalho, a partir de uma grande influência das relações entre os gêneros, de tal forma que “na maioria das sociedades, a divisão sexual do trabalho precede a condição socioeconômica dos agentes. Certas atividades, originalmente pouco honrosas, tornaram-se próprias das mulheres, fossem elas de condição escrava ou livre.”²¹⁰ Essa questão também era um aspecto perpetuado pelas relações senhoriais, e apesar de grande parte dos estudos historiográficos sobre o sistema escravista abordarem o trabalho masculino, as questões do trabalho doméstico feminino também são inseparáveis das noções próprias da escravidão.²¹¹

O processo de substituição gradual do trabalho escravo para o trabalho livre, conseqüentemente se transporia para o espaço doméstico. Mas cabe salientar que antes mesmo do final do tráfico de escravizados, “havia mulheres livres disponíveis para trabalhar tanto no comércio quanto nas casas. Eventualmente, serviria lado a lado com escravas, afinal de contas a tão falada transição para o trabalho livre não foi um processo linear”.²¹² Vale considerar ainda que, segundo Marcus de Carvalho, “para as negras, portanto, a situação era extremamente dura. Sobreposta à condição de escrava, pesavam exigências morais específicas da condição feminina numa sociedade patriarcal”.²¹³

Assim sendo, sair para trabalhar era sobretudo uma necessidade para uma parcela das mulheres. “Não havia alternativa à mulher pobre sozinha, a não ser buscar trabalho –

²⁰⁹ LIMA, Ana Cristina Pereira. **Meninas órfãs, irmãs vicentinas e profissionalização feminina no século XIX em Fortaleza (CE)**. Hist. R., Goiânia, v. 25, n. 2, p. 309-330, mai./ago.2020. pp. 329

²¹⁰ DE CARVALHO, Marcus JM. **De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850**. Afro-Ásia, n. 30, p. 41-78, 2003. pp. 47

²¹¹ Ibid. pp. 46

²¹² Ibid. pp. 45.

²¹³ Ibid. pp. 66.

qualquer um.”²¹⁴ Entretanto, ainda que no ambiente privado, o trabalho doméstico também não protegia.

Uma imagem literária que apresenta bem como essas questões eram transpostas também para a ficção, é a de como Lima Barreto traz as personagens femininas defloradas ao longo da narrativa de *Clara dos Anjos*. Em um dos diálogos de Manuel de Azevedo com Salustina sobre as seduções que o filho Cassi Jones colecionava, e a mãe não se ocupava em tomar providências, o pai questiona:

- Mas é a sexta moça, Salustina!
- Qual o quê! Calunia-se muito...
- Qual calúnia, qual nada! Este rapaz é um perverso, é sem-vergonha. Eu sei o nome das outras. Olhe: a Inês, aquela crioulinha que foi nossa copeira e criada por nós; a Luísa, que era empregada do doutor Camanho; a Santinha, que ajudava a mãe a costurar para fora e morava na rua Valentim; A Bernarda, que trabalhava no “Joie de Vivre”...
- Mas tudo isso já passou, Maneco. Você quer que o seu filho vá para a cadeia? Porque, casar com essas baraias, ele não se casa. Eu não quero.²¹⁵

Como pode ser observado, todas as moças defloradas por Cassi Jones, possuem pontos em comum: eram moças pobres, algumas pardas ou negras, mas sobretudo, trabalhavam na casa do rapaz ou em alguma outra que ele frequentava. Isso demonstra principalmente, que ainda que essas moças exercessem algum tipo de trabalho dentro do âmbito do que era permitido e considerado, portanto, mais seguro, elas foram defloradas no local de trabalho, algumas delas pelo filho do patrão.

Diante disso, conforme argumenta Sandra Graham, “no domínio da autoridade exercida no âmbito privado, uma empregada podia sentir-se desnorteada ou desamparada”²¹⁶ e ao invés de proteção, a reclusão na casa podia apenas ocultar o isolamento ou os abusos pelos quais as mulheres pobres trabalhadoras eram submetidas diariamente no local de trabalho. Desse modo, “as criadas frequentemente descobriam que as casas de seus patrões eram locais ofensivos, desrespeitosos ou perniciosos”, revertendo então a concepção da casa como lugar seguro²¹⁷.

²¹⁴ DE CARVALHO, Marcus JM. **De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850**. Afro-Ásia, n. 30, p. 41-78, 2003. pp. 52

²¹⁵ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 87.

²¹⁶ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. In. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Org, DA CUNHA, Olívia Maria Gomes; DOS SANTOS GOMES, Flávio. FGV Editora, 2007.p. 64

²¹⁷ Idem.

Outro ponto de relação a ser ressaltado, pode ser analisado ainda durante os interrogatórios do caso do Recolhimento de Santa Rita de Cássia, em que a professora e regente Catharina de Mello, uma mulher parda, de 26 anos, declarou também que Basílio frequentemente fazia a ela “propostas indecorosas, isto é, desejando ter relações com ela”²¹⁸, que até então recusava.

Segundo a notícia, Catharina informou que residia no Recolhimento em um quarto próximo ao do diretor e que costumava dormir de portas abertas caso fosse requisitada durante a noite. “Basílio, aproveitando-se d’esta circunstância, foi diversas vezes ao quarto d’ella depoente e insistiu para executar o seu plano libidinoso.”²¹⁹ A professora disse que apesar de tentar recusar, cedeu as insistências do diretor, sendo então deflorada por ele, tendo então “mais tres ou quatro contactos carnaes, em diferentes noites. Posteriormente este procurou ter ainda com ella relações sexuais, mas nada conseguiu, porque ella não se sujeitou mais as suas exigencias”²²⁰

Catharina estava no ambiente de trabalho quando foi deflorada, portanto crime de *defloramento* em questão, colabora para análise deste trabalho no que diz respeito aos ambientes reservados às mulheres, e também evidencia que, embora fosse uma forte preocupação de que as moças fossem limitadas aos ambientes tidos como ‘honrados’ – portando, privados –, grande parte dos crimes contra elas aconteciam nesses mesmos espaços. E a ‘rua, como discutido no capítulo anterior, era frequentemente restrita às moças, mas não era, afinal, a grande responsável por “desvia-las” do caminho da honra.

No jornal da terça feira, 6 de abril de 1897, foram divulgados os debates das autoridades responsáveis por tratar desses casos, tornando público que Catharina havia prometido casamento a outro homem, era noiva e até então, virgem. O que questiona o jornal: “Mas sem embargo disso, consentiu em co-habitar com Basílio. Foi pernoitar com elle e só, n’um torreão. Que é essa mulher? Não é uma mulher honesta, é uma prostituta [...]”²²¹

Ainda que Basílio de Moraes tenha sido rapidamente julgado e detido pelos outros crimes que cometeu, pela sedução de Catharina, ele não foi indiciado. O que foi justificado por supostamente a professora ter facilitado os atos dele.

Por meio da notícia, também é possível perceber como o caminho para a comprovação e expectativa social da honestidade e moral masculina seguiu vias diferentes

²¹⁸ Gazeta de Notícias. 29/12/1896. Ed. 00364. pp 1.

²¹⁹ Gazeta de Notícias. 29/12/1896. Ed. 00364. pp 1.

²²⁰ Gazeta de Notícias. 29/12/1896. Ed. 00364. pp 1.

²²¹ Gazeta de Notícias. 06/04/1897. Ed. 00096. pp. 2.

e menos injustas. Os homens honestos nas esferas públicas eram representados por bons e leais trabalhadores, reconhecidos por virtudes alheias aos seus corpos, desde que não fosse para exaltar força física. Diferentemente do olhar a respeito da honestidade moral feminina, tradicionalmente relacionada a um sentido sexual e corporal, dependente da vigilância, do recato e do ambiente privado.

Para Marcus de Carvalho, “o resultado da segregação espacial feminina era uma confusão semântica que perdura até os dias de hoje. “Mulher Pública” era sinônimo de prostituta na Europa, e também no Brasil”.²²² Desse modo, a “desonra” era supostamente inevitável, trazia para quase zero as chances de fazer um casamento com algum parceiro mais ascendido socialmente ou até mesmo, de mesmas condições. Além do mais,

Para os homens das camadas superiores, era normal tentar seduzir escravas ou agregadas da casa. Se não desse certo a persuasão, promessas, ilusões, recorria-se à violência. Mesmo porque o estupro poderia ser justificado sob o pretexto de que eram as mulheres que seduziam os homens, uma percepção dos perigos da carne herdada do período colonial e que continuaria marcando os saberes pelo século XIX adiante.²²³

Para complexificar o argumento, faz-se necessário trazer novamente algumas concepções a respeito do que Lima Barreto traz no romance. O autor traz a família de Cassi Jones, que apesar de não ser rica, era ascendida socialmente no universo do subúrbio em que residia, posta em comparação com as demais famílias, incluindo a de Clara dos Anjos. E isso já implica em muitas maneiras diferentes de como as mulheres defloradas pelo rapaz, eram apresentadas pelo literato.

Clara, por exemplo, aparece quase sempre inconformada com os procedimentos dos pais, não por cooptarem-na em casa, mas por isso implicar em possivelmente fazê-la “tia” ou, de repente “freira”. Para Lima Barreto, a fascinação que a menina nutria pelo matrimônio, era devido “a sua débil inteligência, a sua falta de experiência e conhecimento da vida, aliado tudo isto à forte inclinação que tinha e não sopitava pelo violeiro, agiram sobre a sua consciência”²²⁴

²²² DE CARVALHO, Marcus JM. **De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850**. Afro-Ásia, n. 30, p. 41-78, 2003. pp. 54.

²²³ Idem.

²²⁴ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 268.

O literato faz uma crítica por meio da protagonista, à concepção perpetuada era de que, as mulheres pobres deviam perceber “o homem como provedor, fonte de sustento. Quando não se arrumava um marido, a prostituição era uma alternativa de sobrevivência para a qual havia sempre um mercado aberto, algum homem disposto a pagar”²²⁵. Lima Barreto pelo contrário, defendia a instrução das mulheres e a necessidade de um trabalho que lhes garantissem, caso inapta ao casamento. No entanto, apesar de defender que as mulheres se esticassem ao mundo do trabalho, o literato ainda favorece o trabalho restrito ao lar.

Esse ponto fica manifestado por meio das irmãs de Cassi Jones, Catarina e Irene – a primeira em música e piano e a segunda, na escola normal – que buscaram se instruir e eram ambiciosas, apesar de fazerem para ter um bom casamento. Desse modo, Lima Barreto parece transparecer por essas personagens que essas mulheres começaram a receber formação para o mundo do trabalho, para o caso de um possível casamento dar errado, pelo menos por meio da profissão, elas poderiam se garantir. Ainda que por meio de atribuições restritas ao que era tipo como possibilidade para o universo feminino: música, costura, bordado, magistrado, etc.

De acordo como o que versa Olívia Maria G. da Cunha, “o ideal de família presumia um lar patriarcal, extenso, fundado no casamento estabelecido legalmente”²²⁶. Portanto, era perpetuado para as mulheres – ricas ou não –, que efetuassem um bom casamento para ascenderem socialmente e se manterem nos moldes disseminados pelas concepções sociais do período. “Assim, família e casamento desempenhavam o papel de pedra angular para todo edifício social, escorado pelas instituições mantenedoras da lei civil e canônica”²²⁷.

Sobre esse aspecto do casamento, Verena Stolcke versa ainda que, “A condição feminina é determinada, fundamentalmente, pelo papel específico que o casamento e a família desempenham na reprodução da desigualdade social”²²⁸. No entanto, “o significado do controle social das mulheres através do casamento, difere por classe e tem consequências diferentes para os papéis econômicos dentro de cada classe.”²²⁹ Nesse sentido, é importante ressaltar que a lógica do matrimônio para as pessoas pobres, sobretudo da classe

²²⁵ DE CARVALHO, Marcus JM. **De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850**. Afro-Ásia, n. 30, p. 41-78, 2003. pp. 45.

²²⁶ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição**. In. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, p. 377-418, 2007. Pp. 389.

²²⁷ Idem.

²²⁸ STOLCKE, Verena. **Mulheres e trabalho**. Estudos CEBRAP Sao Paulo, n. 26, p. 81-117, 1980. pp. 85

²²⁹ STOLCKE, Verena. **Mulheres e trabalho**. Estudos CEBRAP Sao Paulo, n. 26, p. 81-117, 1980. pp. 85

trabalhadora, funcionava na seguinte via: viver com mais privações, ou seja, com grandes dificuldades de se manter ou, se casar e unir os esforços.²³⁰

Entretanto, a proposta de educação feminina no século XIX também é colocada como uma forma “deliberada e politicamente engajada de tentar sobrepor os valores de honra e casamento aos códigos comportamentais identificados com outros sentidos de família, de prazer e de afetos.”²³¹

E assim como o *defloramento*, o casamento nesse espectro também passa a ser uma das formas de controle do corpo feminino, ou como forma de pré-estabelecer os espaços sociais em que as mulheres e homens deveriam ou não ocupar. O que evidencia que assim como as autoridades, a população também permanece tendo a defesa da liberdade sexual e individual como menos importante que a defesa da honra da família.

Para além da concepção de que mulheres solteiras e não virgens eram consideradas prostitutas em potencial e de que o cultivo da honra individual, cultivava também os valores cívicos²³². É essencial pensar no motivo social para a punição do crime de *defloramento*, partindo do princípio de que *defloramento* deveria ser entendido no contexto de uma promessa de casamento que não foi cumprida e por isso o casamento era tido como reparador. No entanto, essa reparação estava muito mais ligada a uma questão de proteção de um princípio moral público, já que o crime sexual não era de fato contra a ofendida, mas contra a segurança da honra e honestidade das famílias.²³³

Sabe-se que em 1890, o casamento civil foi decretado e instituído no Brasil, e assim como todas as outras decisões governamentais, não escapou de acaloradas discussões tanto nas mais altas camadas da sociedade como nas mais populares. E mais uma vez, a imprensa teve um papel importante para a veiculação de informações e formação de opiniões a respeito do fato. Na *Gazeta de Notícias*, isso ficou marcado com o surgimento de notícias sobre casos de *defloramento* acompanhando as discussões que estavam em vigor a respeito de definir o casamento civil, como punição para os crimes de sedução.

Em 22 de julho de 1891, no jornal da quarta-feira, aparece a primeira notícia questionando e discutindo sobre o casamento como reparação para o crime de *defloramento*:

²³⁰ Ibid. pp. 105.

²³¹ LIMA, Ana Cristina Pereira. **Meninas órfãs, irmãs vicentinas e profissionalização feminina no século XIX em Fortaleza (CE)**. Hist. R., Goiânia, v. 25, n. 2, p. 309-330, mai./ago.2020. pp. 310.

²³² PEREIRA, Cristiana Schettini. **Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas grandes sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX**. In. *Carnavais e outras f(r) estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Unicamp/Cecult, 2002.

²³³ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Editora Unicamp. 2000. pp. 77.

Da honra ao abandono

Ao passo que, se tal procedimento [o casamento] fosse havido por este, que veio a ser marido da offendida, o casamento era uma prejudicial em seu favor, porque o seu acto deixava de ser crime para ser direito.

Além disso, o antigo código criminal, que é o applicavel ao crime em questão, attenta a época deste, dispõe no seu art: 223 que, só não terá logar a punição dos réos na espécie, se se der o casamento ente elles e as offendidas; e isto porque fica plenamente reparado o mal causado. [...]

[...] Mas essa illusão desaparece desde que, se lembrar que, por uma ficção jurídica, o casamento efectuado como reparação em taes casos ou em qualquer outro crime que a lei admita, teme effeito retroactivo, e por conseguinte, o facto do crime fica tido como praticado já depois do facto que consistir aquella prejudicial.[...] ²³⁴

No jornal de 16 de outubro de 1893, os debates continuam:

[...] S. Manuel, finalmente dizendo que os padres são os desorganizadores da família, chegou a escrever em suas razões de recurso 10 autos, que o padre celebrando o casamento religioso antes do civil, *coopera para o crime de defloramento previsto no art. 267 do Código Penal*.

Digam agora todos os que estudam e examinam questões de direito com animo calmo e desprevenido, se o zelo de taes funcionários no que elles chamam cumprimento do dever, podia justificar essas injurias e calumnias, que, além da denuncia, foram atiradas aos parochos.

Pois não bastava a denuncia, e era ainda necessário que se procurasse chamar para as victimas o ódio e o desprezo público? ²³⁵

As discussões sobre o casamento também perpassam pelos anos iniciais da década de 1900, trazendo novos questionamentos como, por exemplo, se o casamento em casos de crime de sedução, depois de efetivado, não colocariam vítima e criminoso em um mesmo lugar, fazendo com que o “ato de defloramento deixasse de ser crime para ser direito”. ²³⁶

Eram frequentes os conflitos a respeito dos direitos das “mulheres desonestas”, as que não se encaixavam nos atributos morais supracitados, e que em casos de crimes sexuais cometidos contra essas mulheres, eram punidos com sentenças mais leves. Caulfield aponta que a opinião dos juristas ao punir e reparar os crimes sexuais, também demonstrava que estavam muito mais comprometidos com a proteção familiar do que com a liberdade

²³⁴ Gazeta de Notícias. 22/07/1891. Ed.00203. pp. 4.

²³⁵ Gazeta de Notícias. 16/10/1893. Ed.00288. pp. 2.

²³⁶ Gazeta de Notícias. 22/07/1891. Ed.00203. pp. 4.

individual.²³⁷ Os debates sobre o casamento civil em si, também colaboram para considerar importantes questões sobre como os padrões de moral, honra e comportamento entre os gêneros, eram idealizados de formas subjugadas e reducionistas.

Assim sendo, em contraste com as “bem-nascidas” da cidade, resguardadas em suas casas muradas construídas por meio de um bom casamento, atrás dos bastidores de bordado e das teclas de piano, as vidas das mulheres pobres pertenciam ao mundo da rua e do trabalho. A história das mulheres reclusas ao lar, não é a mesma das mulheres da classe trabalhadora. “O paradoxo é que a transição para o trabalho livre no Brasil, apesar de todo o discurso liberal, não eliminaria algumas das principais práticas do escravismo, como a ausência de remuneração, a reclusão, o racismo, a violência e o assédio sexual.”²³⁸

3.3– A honestidade de moça e de mulher tem todos como inimigos – As outras versões de Clara dos Anjos.

É pensando nesse contexto que Lima Barreto elabora Clara dos Anjos não só como personagem, mas como denúncia. Como escreve o literato, as fantasias e sentimentalismos colocados para “Clarinha”, “a educação que recebera, os mimos e vigilâncias, era errônea. Ela devia ter aprendido da boca de seus pais que a sua honestidade de moça e de mulher tinha todos por inimigos, mas isto ao vivo, com exemplos, claramente...”²³⁹

Exemplos estes, que o literato busca elucidar com todas as outras personagens defloradas que tiveram destinos trágicos, mas sobretudo pessimistas. Como a personagem de Rosalina, uma ‘mulata’ que deflorada e “seduzida em tenra idade, a polícia obrigou o sedutor a casar-se com ela” O literato descreve que, nos primeiros três anos de casamento tudo correu quase que “naturalmente”, mas ao fim desse período, o marido começou a “atribuir-lhe toda a sua desgraça, a espanca-la”.²⁴⁰

O marido que tinha a bebida como vício, devia meses e meses de pagamento da casa em que moravam e a mulher que “pegou o vício do marido” comprava em bebida todo dinheiro que ganhava. Até que um dia, depois de tantas perseguições do proprietário, o domicílio foi invadido por mais dois homens que com o auxílio de uma escada, destelharam

²³⁷ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Editora Unicamp. 2000. pp. 81-82.

²³⁸ DE CARVALHO, Marcus JM. **De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850**. Afro-Ásia, n. 30, p. 41-78, 2003. pp. 78

²³⁹ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp.268.

²⁴⁰ Ibid. pp.151.

toda a casa. Rosalina, como escreve o autor, “deixou tudo que tinha na mão dos desalmados”, conseguiu que duas vizinhas ficassem com os dois filhos “e correu a atirar-se debaixo do primeiro trem que passou”.²⁴¹

Os médicos conseguiram salvá-la e apesar do marido nunca mais ter aparecido, seguia bem sustentando os filhos como lavadeira. Mas afinal, não é esse o destino que Lima Barreto escolhe para Rosalina, “que bem depressa foi correndo de mão em mão, até que as moléstias venéreas a tomaram de tudo” e a partir daí passou a precisar de constantes visitas ao médico, vivendo de fazer “ponto” para sustentar seu vício, apesar da contra-indicação.²⁴²

O autor não cita a história de Rosalina em outro momento do romance, mas não é como se permanecesse solta, sem dar nós. No caso, a pena de prisão pelo crime de *defloramento* foi incorrida ao deflorador por se casar com a jovem. Entretanto, Lima Barreto parece demonstrar como o matrimônio dado como solução, não oferecia garantia de vida conjugal saudável ou estável. Além do mais, o autor aponta como mulheres negras eram constantemente impelidas a uma série de sofrimentos.

Para além disso, o autor de *Clara* traz a narrativa de Rosalina, imediatamente após criticar a falta de ímpeto da protagonista em conhecer o mundo que lhe cercava, nas poucas chances em que lhe eram dadas. Segundo o autor “era preciso libertar-se, passear, conhecer a cidade, teatros, cinemas... Ela não conhecia nada disso. Até ir de um pulo à venda o ‘seu’ Nascimento, não tinha licença”. Um dia por descuido, faltou sal em casa para o preparo do jantar, “pois, nem mesmo assim, teve licença de ir à venda, e sua mãe não foi, para não deixá-la só”.²⁴³

No entanto, Lima aponta que até mesmo Clara se questionava sobre toda essa coerção, afinal “o armazém do ‘seu’ Nascimento não era mal frequentado e todos que lá passavam eram pessoas de certa consideração”²⁴⁴ Até mesmo Rosalina, “que apesar da vida má e desgraçada que levava, no armazém se portava com todo rigor”²⁴⁵

Ou seja, se até uma prostituta poderia frequentar esse lugar e agir de forma “rigorosa”, por que Clara não podia? Dessa forma, Lima Barreto mais uma vez procura fazer uma crítica a meninas que assim como Clara dos Anjos, não buscavam “sequer” pela

²⁴¹ BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp. 151.

²⁴² Idem.

²⁴³ Ibid. pp. 150.

²⁴⁴ BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. pp.150.

²⁴⁵ Idem.

independência que lhes era permitida, e como essa atmosfera reclusa de tudo e todos poderia ser prejudicial.

Vale considerar que o próprio nome “Clara dos Anjos” também se opõe à configuração da personagem que designa. Segundo o que analisa Maria Zilda F. Cury, Clara não é clara, é “mulata”. Dos anjos, que evoca a ideia de pureza, de coisa celestial conflita com a sedução da qual Clara é móvel. No entanto, o nome escolhido ao negar a própria configuração do personagem, acaba por reafirmar a crítica à fatalidade sócio-racial contínua do romance. O nome Clara dos Anjos e suas evocações permanecem no romance como o polo contraditório da denúncia. Nessa linha o nome é irônico, ao levar o leitor à consciência da contradição²⁴⁶.

Todavia, em *Diário Íntimo*, Lima Barreto parece ter elaborado outros destinos para Clara dos Anjos. Nas anotações provisórias ao romance final, o literato tece uma suposta linha do tempo para os acontecimentos da vida da protagonista:

Clara.
Nasceu.....1868.
Morte do pai.....1887
Deflorada.....1888. (12 ou 13 de maio).
Dá à Luz.....1889
Deixada.....1892
Casada.....1894
Viúva..... 1899.
Amigada de novo1900.²⁴⁷

É possível analisar que ainda vivenciasse inúmeras as dificuldades experimentadas por ser mulher, pobre e racializada no Brasil, Clara poderia ter um fim menos fatalista e pessimista. O que levou Lima Barreto a não concluir a narrativa com tais desdobramentos? É um questionamento infelizmente complexo de ser esclarecido, ao invés disso, Lima escolhe um final mais irremediável no qual pôde viabilizar suas “instruções”:

Ora, uma mulatinha filha de um carteiro! O que era preciso, tanto a ela como às suas iguais, era educar o caráter, revestir-se de vontade, [...] para se defender de Cassis e semelhantes, e bater contra todos que se opusessem por este ou aquele modo, contra a elevação social dela, social e moralmente. Nada a fazia inferior às outras, senão o conceito geral e a covardia com que elas o admitiam.²⁴⁸

²⁴⁶ CURY, Maria Zilda Ferreira. **Um mulato no reino de Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto**. Cortez Editora, 1981. Pp. 35

²⁴⁷ BARRETO, Lima et al. **Diário Íntimo**. São Paulo: Brasiliense, 1961. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/intimo.html>>. Acesso em 6 mar 2022.

²⁴⁸ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. Pp. 294.

Tendo em vista o que foi analisado até aqui, as concepções de Lima Barreto transpostas no romance carregam algumas ambiguidades. O autor tece duras críticas à Clara, que supostamente foi seduzida pelo fardo do pouco conhecimento de vida e pelos fantasiosos sentimentalismos, que só aconteceram devido às restrições espaciais que a menina era submetida. Porém, ainda que Clara saísse e percebesse as desventuras do mundo, de acordo com o fim do romance ela acabaria como Rosalina, Inês, Nair ou como todas as “Adelaides e “Marias de Tal””: via de regra, sem nada na vida.

Na posição de Clara como mulher pobre e de cor, é como se o fatalismo de Lima Barreto viesse, necessariamente, em decorrência da tomada de consciência da discriminação racial, ou ligado à condição social. A protagonista na última página do romance abraça sua mãe e em tom de desespero constata: “Mamãe! Mamãe! Nós não somos nada nesta vida.”²⁴⁹

E assim, esse é o final do romance que Lima Barreto parece mostrar para as meninas pobres e de cor, ainda que não conheçam mais a realidade da escravidão, terminem por lembrar da sua condição supostamente “original” de negras em uma sociedade herdeira do escravismo²⁵⁰, concebendo a certeza da ‘inutilidade’ da instrução e do estudo quando se nasce marginalizada.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto – Triste Visionário**. Editora Companhia das Letras, 2017. pp. 187.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no dia 13 de maio de 1881, “a sedução de Clara passara-se no dia 13 de maio”²⁵¹ de 1888. A *Gazeta de Notícias*, no mesmo dia, marcou suas páginas com letras garrafais que diziam: “A EXTINÇÃO DA ESCRAVIDÃO”²⁵². Séculos depois, no então “celebrado” 13 de maio já em 2021, o jornal *El País*, publicou uma matéria intitulada “Numa mochila ensanguentada no Jacarezinho, a aula de Brasil contemporâneo”²⁵³, que conta sobre uma foto divulgada a respeito da chacina ocorrida no dia 6 de maio do mesmo ano na “favela mais negra do Rio de Janeiro”²⁵⁴ em decorrência de uma ação policial. “A imagem era de uma mochila de escola de uma garota de nove anos e que estava no local da chacina. Seus livros estavam ensanguentados, testemunhas da violência”²⁵⁵.

No mesmo jornal, quatro dias antes, o jornalista Daniel Cerqueira ao publicar sobre os “vestígios de um Brasil colonial”²⁵⁶ disse que: “a chacina nos lembra um país ainda preso num passado remoto com uma parcela da população ainda excluída, dos benefícios do contrato social, para quem o Estado só aparece com o arbítrio e violência desmedida”²⁵⁷. Vinte e oito pessoas foram mortas, a maioria composta por pessoas negras, 13 delas não investigadas pela operação, sendo que até o dia 7 de maio, 11 vítimas ainda não haviam sido identificadas.

São tempos históricos que se embaralham na linha do tempo linear, mas que são carregados por simbolismos semelhantes e heranças igualmente massacrantes a respeito de um mesmo período. Lima Barreto ao escrever *Clara dos Anjos*, como abordado durante este trabalho, faz parte da denúncia à um contexto violento, segregacionista e reducionista

²⁵¹ BARRETO, Lima et al. *Diário Íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1961. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/intimo.html>>. Acesso em 6 mar 2022.

²⁵² *Gazeta de Notícias*. 13/05/1888. Ed.00134. pp.1.

²⁵³ CHADE, Jamil. **Numa mochila ensanguentada no Jacarezinho, a aula de Brasil contemporâneo**. *El País*, 2021. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/numa-mochila-ensanguentada-no-jacarezinho-a-aula-de-brasil-contemporaneo.html?event_log=oklogin>. Acesso em: 6 mar 2022.

²⁵⁴ Ver mais em: REIS, William. **Jacarezinho: A história da favela mais negra do Rio de Janeiro**. *Veja Rio*, 2020. Disponível em: < <https://vejario.abril.com.br/coluna/william-reis/historia-favela-jacarezinho/>>. Acesso em: 06 mar 2022.

²⁵⁵ CHADE, Jamil. **Numa mochila ensanguentada no Jacarezinho, a aula de Brasil contemporâneo**. *El País*, 2021. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/numa-mochila-ensanguentada-no-jacarezinho-a-aula-de-brasil-contemporaneo.html?event_log=oklogin>. Acesso em: 6 mar 2022

²⁵⁶ CERQUEIRA, Daniel. **Jacarezinho, vestígios de um Brasil colonial**. *El País*, 2021. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-09/jacarezinho-vestigios-de-um-brasil-colonial.html?rel=mas>>. Acesso em: 06 mar 2022.

²⁵⁷ *Idem*.

experimentado pela mesma parcela da sociedade na transição do século XIX para o XX, no mesmo país que mais de 100 anos adiante, ainda mata, desmoraliza, criminaliza e marginaliza pessoas pobres e negras.

Parte deste trabalho foi dedicada a pensar sobre a experiência de mulheres pobres nesse contexto do Rio de Janeiro republicano, abolido do escravismo. Durante o percurso, foi possível perceber como a vida dessas mesmas mulheres, era impactada pelas heranças do passado, que já era mais presente do que deveria.

Ao caminhar utilizando um periódico de grande popularidade e circulação para o período como a *Gazeta de Notícias*, unida à literatura reivindicativa de Lima Barreto em *Clara dos Anjos*, o intuito foi analisar de que modo o literato (como jornalista e leitor de jornais) transpunha para os leitores, as recorrentes notícias publicadas pelo jornal no que dizia respeito a vida, honra e moral das meninas de cor defloradas. Essas que também seriam expostas aos preconceitos raciais e de classe, que o próprio autor vivenciava, ainda que de maneiras diferentes.

Dessa forma, trajetória de pesquisa no que diz respeito a como o crime de *defloramento* determinava mudanças na vida de mulheres pobres, foi movida sobretudo pelas seguintes problemáticas: como a vida dessas mulheres pobres foi atingida pelas mudanças e continuidades no processo de implementação da República; qual era o papel da imprensa com a divulgação e exposição da vida delas e como a literatura lidava com personagens femininas defloradas e a quais espaços eram submetidas.

Nesses aspectos, pode-se concluir que, para meninas racializadas, era esperado o pior cenário ainda que se esforçassem para realizar o contrário, seja educacional ou profissionalmente. Mas para além disso, foi possível perceber os diferentes lugares da cidade e como para as mulheres, ainda que no ambiente privado de uma casa, havia inúmeras diferenças entre estar na própria casa, ou estar na casa do outro.

Para um crime que deixou de ser criminalizado (com o nome de *defloramento*) somente em 2004, seria necessário focar ainda mais nas continuidades, do que nas rupturas. É importante e imprescindível considerar o quão longe nas reivindicações, as mulheres (todas elas) conseguiram chegar. Todavia, muitas ainda continuam sendo avaliadas pela forma com que se portam em detrimento aos lugares que ocupam, a roupa que vestem, o que falam, comem e bebem. Como cuidam ou deixam de cuidar, como prosseguem ou como interrompem. A intenção aqui não é considerar apenas os “fatalismos” que abarcam questões

que envolvem essa parcela da sociedade, pretende-se, no entanto, salientar que ainda há uma imensa quantidade de vozes para ouvir e espaços pelos quais lutar.

REFERÊNCIAS

Fontes:

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. 1ª ed. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

BARRETO, Lima et al. **Diário Íntimo**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 1890-1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_03&pasta=ano%20189&pesq=defloramento>. Acesso em: 1 set 2021.

REVISTA SOUSA CRUZ. Rio de Janeiro. 1922. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=181900&PagFis=2836&Pesq=clara%20dos%20anjos>>. Acesso em: 1 set 2021.

BRASIL. Decreto nº847 de 11 de novembro de 1890. Art 267. Brasil 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm> Acesso em: 6 set 2021.

Bibliografia:

ABREU, Martha, CAULFIELD, Sueann. **Cinquenta anos de virgindade no Rio de Janeiro: as políticas de sexualidade no discurso jurídico e popular, 1890-1940**. Caderno Espaço Feminino, 1, 1995. pp 15-52.

ASPERTI, Clara Miguel. **A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica**. Contemporânea (Título não-corrente), v. 4, n. 2, p. 45-55, 2006.

BOTELHO, Denilson. **“A pátria que quisera ter era um mito” – Uma introdução ao pensamento político de Lima Barreto**. Campinas. 1996.

BARBOSA, Marialva. **Os Jornais e o mundo dos escravos**. In: BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil (1800 – 1900). Rio de Janeiro. Mauad X, 2010.

CARVALHO, Adriana Silva. **A leitura urbana de Lima Barreto em Clara dos Anjos**. Espaço e Cultura, UERJ. Rio de Janeiro, nº 25, p.7 -16. Jan/jun de 2009.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, Ed. UNICAMP, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. Editora Companhia das Letras, 2006.

_____. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Editora da UNICAMP, 2001.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A História contada: capítulos de história social da Literatura no Brasil**. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1998.

CORRÊA, Henrique Sergio Silva. **A construção da mulher sob a ótica de Lima Barreto na revista abc**. Fazendo gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Santa Catarina. 2010.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição**. In. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, p. 377-418, 2007.

CURY, Maria Zilda Ferreira. **Um mulato no reino de Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto**. Cortez Editora, 1981.

DE ABREU ESTEVES, Martha. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Paz e Terra, 1989.

DE CARVALHO, Marcus J.M. **A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX**. In: NEVES, Lucia; MOREL, Marco & FERREIRA, Tânia (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas do poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850**. Afro-Ásia, n. 30, p. 41-78, 2003.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Imprensa a Serviço do Progresso**. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

ENGEL, Magali Gouveia. **Gênero e política em Lima Barreto**. Cad. Pagu, Campinas, n. 32, Junho 2009.

_____. **Onde moram os pobres? Representações literárias das habitações populares (Rio de Janeiro, fins do XIX e inícios do XX)**. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 7, 2013, p. 89-103.

- FACCHINETTI, Cristina; CARVALHO, Carolina da Costa de. **Loucas ou modernas? Mulheres modernistas em revista (1920-1940)**. Revista do Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 2019.
- FANTINATI, Carlos Erivany. **Lima Barreto e a mulher**. Literatura e autoritarismo, n. 12, Julho Dezembro 2008.
- FRANÇA, Maria do Perpétuo S. G. Avelino de, PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. **Educação de meninas órfãs na concepção do intendente Antônio Lemos em Belém do Pará (1900– 1906)**. Revista HISTEDBR On-Line, v. 13, n. 49, p. 334-349, 2013.
- FREIRE, Martha Luna. **‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.153-171, jun. 2008.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. In. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Org, DA CUNHA, Olívia Maria Gomes; DOS SANTOS GOMES, Flávio. FGV Editora, 2007.
- GILENO, Carlos Henrique. **Clara dos Anjos: Uma reflexão sobre o status de mulata no Brasil do início do século XX**. Ciência & Trópico, v. 29, n. 1, 2001.
- GONDRA, José Gonçalves &SCHULER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.
- LIMA, Ana Cristina Pereira. **Meninas órfãs, irmãs vicentinas e profissionalização feminina no século XIX em Fortaleza (CE)**. Hist. R., Goiânia, v. 25, n. 2, p. 309-330, mai./ago.2020.
- LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos.: A guerra dos jornalistas na Independência (1821- 1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo. Hucitec, 1998.
- MOREIRA, Sandra C. **A Maternidade na segunda metade do século XIX: sua idealização na imprensa escrita e suas possibilidades de concretude social**. Métis: história e cultura, v.2, n.2, p. 285-206, jul/dez. 2002.
- PEDRO, Joana Maria. **As mulheres e a separação das esferas**. Diálogos, v. 4, n. 1, p. 33-39, 2000.
- PEREIRA, Cristina Schettini. **Um Gênero Alegre: Imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)**. Campinas. 1997.

_____. **Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas grandes sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX.** In. *Carnavais e outras f(r) estas: ensaios de história social da cultura.* Campinas: Unicamp/Cecult, 2002.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras: os literatos e as histórias da folia carioca nas últimas décadas do século XIX.** Editora Unicamp. São Paulo. 1993.

PERIOTTO, Marcília Rosa. **O Papel da Imprensa no Processo de Construção da Nação: A “Vocação Pedagógica” do Correio Brasiliense.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.16, p. 61 -83, dez. 2004.

PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. **Educação de meninas órfãs na concepção do intendente Antônio Lemos em Belém do Pará (1900– 1906).** Revista HISTEDBR On-Line, v. 13, n. 49, p. 334-349, 2013.

REZENDE, Beatriz. **Em defesa de Clara dos Anjos.** In. BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos.* 1ª ed. São Paulo, Pinguin Classics Companhia das Letras, 2012.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. **Contos Completos de Lima Barreto.** São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

_____. **Lima Barreto – Triste Visionário.** Editora Companhia das Letras, 2017.

STOLCKE, Verena. **Mulheres e trabalho.** Estudos CEBRAP Sao Paulo, n. 26, p. 81-117, 1980.

VASCONCELOS, Eliane. **Entre a Agulha e a Caneta. A mulher na obra de Lima Barreto.** Editora Nova Aguilar. S.A. Rio de Janeiro. 1999.

VIEIRA, Miriam Steffen. **Concepções de violência sexual e direitos das mulheres: do “defloramento” ao “estupro”.** Cadernos do LEPAARQ (UFPel), v. 4, n. 7/8. 2007.